AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

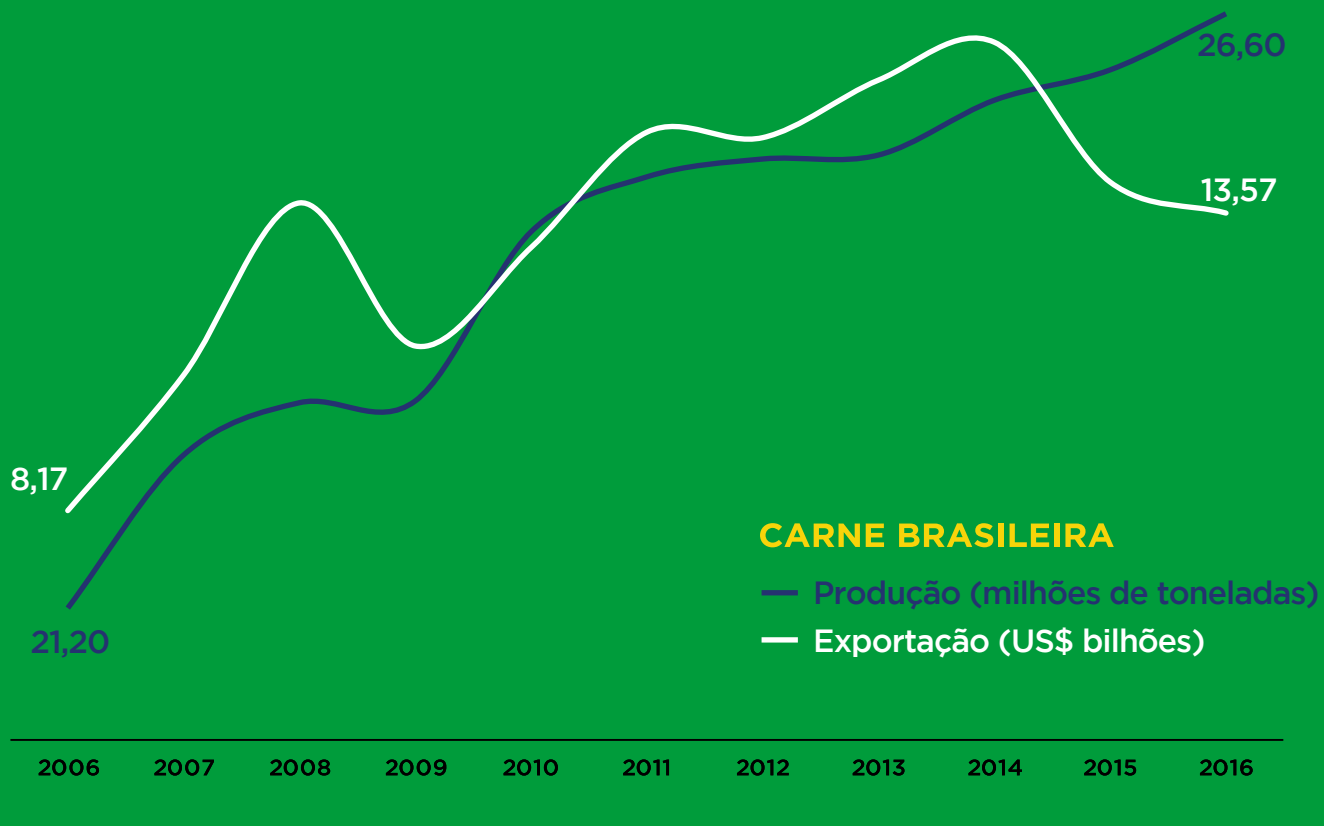
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 37 | Nº 04 | ABRIL 2017 | R$ 15,00

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

COM A CARNE NÃO SE BRINCA!

A PRODUÇÃO BRASILEIRA É SEGURA



A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO AGRONEGÓCIO

ARRENDAMENTO PARA CANA É UM BOM NEGÓCIO

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Tarcísio Godoy (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto

Suplentes: José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

A CARNE BRASILEIRA É SEGURA!

O BRASIL inteiro foi sacudido pela notícia da operação Carne Fraca, levada a cabo pela Polícia Federal (PF) para punir pessoas e frigoríficos envolvidos em atos de corrupção e práticas de produção inadequadas. O prejuízo imediato para uma cadeia produtiva que investiu muito para conquistar a competitividade e o reconhecimento atuais, exporta US$ 13,6 bilhões por ano e emprega 6 milhões de pessoas foi enorme. No momento do fechamento desta edição da ***Agroanalysis***, vários países importadores estão suspendendo suas compras.

A corrupção deve ser combatida e as más empresas, punidas. Porém, a forma como a PF conduziu o assunto pareceu inadequada. Houve uma amplificação exagerada dos fatos, com erros de análise técnica (por exemplo, afirmando-se que havia papelão nos embutidos e que cabeça de porco não poderia ser utilizada) e a sugestão de que todo o setor estaria comprometido.

Agora, o Brasil terá muito trabalho para retomar as exportações e contornar os problemas ocasionados na cadeia de proteína animal. Nossa matéria de capa mostra a necessidade urgente da criação de uma agência para defesa sanitária para os produtos agropecuários.

O quadro conjuntural continua o mesmo: inflação em queda, sinal de crescimento econômico em 2017 e dólar comportado. O contexto político é incerto, com a própria base do governo Temer sendo alvo recorrente de denúncias de corrupção. Ao mesmo tempo, o espaço de manobras para aprovar as reformas é relativamente limitado, dados o horizonte finito deste governo e a ausência de uma convergência plena da sociedade com os temas envolvidos. O maior risco não está na própria economia, mas no universo político.

De forma geral, o mercado olha para 2017 com mais otimismo. De acordo com a pesquisa Focus do Banco Central, a expectativa sobre a economia é de um crescimento de 0,48% neste ano.

Os números oficiais indicam que a safra 2016/17 será grande. Esta notícia é boa, mas há alguns fatores que podem contrair a renda final obtida pelo agro: (i) com a valorização do real nos últimos meses, a produção pode ser vendida a um dólar mais baixo do que aquele considerado na compra dos insumos no início do plantio; (ii) com a queda do dólar e a safra volumosa, os preços de diversos produtos agropecuários têm registrado contração; e, (iii) mais uma vez, os problemas de infraestrutura prejudicam o escoamento e a armazenagem da safra, com impacto na rentabilidade efetiva da safra.

O cenário é favorável para o setor sucroalcooleiro. A expectativa para a safra 2017/18 é de preços firmes para o açúcar no mercado internacional, o que deverá dar suporte aos negócios internos. A preocupação novamente é com o câmbio. A recente queda na cotação do dólar em relação ao

real pode diminuir a competitividade brasileira. Desde meados de 2014, a crise enfrentada pelo setor levou à seleção dos produtores e das usinas com melhor saúde financeira, o que trouxe maior segurança à cadeia produtiva sucroalcooleira. Essa conjuntura é boa para o arrendamento de terras à usina e, também, para quem produz e fornece cana.

A tecnologia digital chega ao campo como uma ferramenta promissora. Com GPS embarcado em máquinas e sensores espalhados nas áreas de produção, em tempo real, são captados dados sobre as condições microclimáticas, a capacidade nutricional dos solos e o estado sanitário das plantas. A profusão de dados gerados e espalhados em gigantescos bancos de dados cresce em volume exponencial. O desafio, agora, consiste em administrar os *big data* por meio de sistemas inteligentes que tragam ainda mais eficiência à agropecuária.

Na entrevista do mês, Adélia Franceschini comenta a pesquisa apresentada no 1º Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio sobre o perfil da mulher do agronegócio. O agronegócio, efetivamente, não se diferencia de outros tantos mercados. A constatação geral é de que a mulher alcança atividades impensáveis décadas atrás.

Nosso Caderno Especial do mês trata do agronegócio do estado de São Paulo, com uma visão das cadeias produtivas e dos esforços para a agregação de valor. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 CAPA **ENTREVISTA**
ADÉLIA FRANCESCHINI
A INTEGRAÇÃO DAS MULHERES NO AGRONEGÓCIO

11 **FRASES & COMENTÁRIOS**

12 MACROECONOMIA
QUEDA LIVRE

14 AGRODROPS

19 MERCADO & NEGÓCIOS

19 CAPA **MERCADO DE CARNE**
QUAL PARTE DA CARNE É FRACA?

22 **ECONOMIA BRASILEIRA**
OTIMISMO, MAS NO FIO DA NAVALHA

25 CAPA **CANA-DE-AÇÚCAR**
CENÁRIO FAVORÁVEL PARA O ARRENDAMENTO

27 **INVESTIMENTO LOGÍSTICO**
A INTEGRAÇÃO FERROVIÁRIA DA CHINA COM A EUROPA

29 **CORREDOR DA BR-163**
O IMPACTO NAS FAZENDAS DA REGIÃO DE SINOP-MT

32 POLÍTICA AGRÍCOLA

32 **BREXIT**
O TIRO PODE SAIR PELA CULATRA PARA OS AGRICULTORES BRITÂNICOS

33 GESTÃO

33 **GESTÃO E TECNOLOGIA**
DIGITALIZAÇÃO DO CAMPO

35 CONTEÚDO ESPECIAL

35 **EMBRAPA**
PESQUISA E INOVAÇÃO PARA UMA AGROPECUÁRIA MODERNA, DIVERSIFICADA E RESILIENTE

37 **FAESP**
EM PROL DA AGROPECUÁRIA PAULISTA

44 **JACTO**
TECNOLOGIA NO CAMPO

45 **ANDEF**
ENCONTRO DE FISCALIZAÇÃO E SEMINÁRIO SOBRE AGROTÓXICOS

46 COLUNAS

46 **DIÁRIO DE BORDO**
BANG-BANG NA ROÇA

47 **PRODUZIR**
CADASTRO RURAL E GESTÃO FUNDIÁRIA

48 **OPINIÃO**
LUZ NO FIM DO TÚNEL

49 **REFLEXÃO**
CARNAVAL, FLORES E FRUTAS

50 ESTATÍSTICA

A INTEGRAÇÃO DAS MULHERES NO AGRONEGÓCIO

ADÉLIA FRANCESCHINI

FORMADA EM SOCIOLOGIA E POLÍTICA PELA FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO (FESPSP) E PÓS-GRADUADA EM MARKETING PELA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV)

DA REDAÇÃO

O agronegócio envolve uma gama de atividades na economia brasileira; existem as empresas de insumos e máquinas, as fazendas, as indústrias de processamento e a distribuição. Em todas estas áreas, a figura da mulher, hoje, se faz presente com menor ou maior força. O 1º Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio tratou desse interessante assunto com base na pesquisa encomendada pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) – em especial, por meio do seu Instituto de Estudo do Agronegócio (IEAg) –, realizada pela Fran6 Pesquisa e patrocinada e viabilizada pelo Transamerica Expo Center e pela PricewaterhouseCoopers (PwC) Brasil. A entrevistada presta serviços na área de pesquisa de mercado, tendo sido presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores de Mercado, Opinião e Mídia (ASBPM) e vice-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP).

AGROANALYSIS: HÁ UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO AGRONEGÓCIO?

ADÉLIA FRANCESCHINI: Temos vários indicadores atuais para aferir o grau atual de atuação das mulheres no agronegócio. Dados governamentais divulgados pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2014 apontam a existência de 95 Comitês Femininos. Nos empréstimos rurais, a participação da mulher é da ordem de 25%. Nos cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), cresce a proporção de mulheres entre os presentes inscritos: no estado do Rio Grande Sul, o sexo feminino já perfaz metade das vagas. Na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq), também 50% dos estudantes formados são alunas. As cooperativas recebem cada vez mais cooperadas. Outros exemplos podem ser citados.



Na verdade, o agronegócio não se diferencia de outros tantos mercados. A constatação geral é de que a mulher alcança atividades impensáveis décadas atrás: de astronauta a presidenta, nas Ciências e no ensino, na finança e na administração, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário. A surpresa é maior tendo em vista não termos uma visibilidade dessa atuação feminina. Sabemos que o agronegócio no País ainda tem como muito forte a figura do homem à frente das atividades do negócio. Mas, apesar de serem exceções à regra, algumas mulheres no passado tiveram papel importante na direção de algumas fazendas.

> “A BUSCA PARA ENTENDER O PERFIL DA PRODUTORA BRASILEIRA É INÉDITA.”

QUAL É A ABRANGÊNCIA DO LEVANTAMENTO?

AF: O último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006, apontava 656 mil propriedades dirigidas ou em cogestão por mulheres, quase 13% de um total de pouco mais de 5 milhões. Não se tem um cadastro dos proprietários rurais para se utilizar exclusivamente com a finalidade de gênero na gestão de empreendimentos rurais. Recorremos às fontes governamentais, mas não conseguimos ter sucesso. Então, recorremos às federações estaduais da agropecuária, às associações rurais e às cooperativas para obtermos contato com as gestoras de empreendimentos rurais.

A busca para entender o perfil da produtora brasileira é inédita. O estudo procurou reproduzir a dinâmica nacional, com maior presença da mulher na produção de grãos, principalmente na soja, com 48%; no milho, com 42%; em hortifrúti, com 31%; e, no arroz, com 13%. Por atividade, 42% delas atuam na agricultura; 25% na pecuária; 34% na bovinocultura; 20% na agropecuária; e 13% na agroindústria.

EXISTE UMA METODOLOGIA QUANTITATIVA?

AF: Na fase quantitativa da pesquisa, cada entrevistada era convidada a nos fornecer indicações de outras colegas para responderem os questionários aplicados via telefone ou *web*. Formamos uma bola de neve cujo tempo para surtir efeito demora. Ao todo, 301 mulheres responderam aos questionários na condição de gestoras de atividades produtivas, dividindo ou não o comando com mais alguém. Entre elas, 60% revelaram ter curso superior e 24%, pós-graduação.

A fase qualitativa foi feita para entender melhor as mulheres classificadas como lideranças, que já aparecem na mídia, contando com nove entrevistadas. Tínhamos cerca de três meses para realizar a coleta de modo a contemplar as mais importantes culturas e criações da agropecuária. A busca foi muito intensa, e contamos com um grupo importante de apoio.

TEMOS INDICADORES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ENTIDADES?

AF: Muito interessante foi constatarmos a característica altamente gregária das gestoras entrevistadas. Apenas 17% delas não participam de uma associação, um sindicato ou um comitê. Nessa busca, utilizamos muito o caminho das entidades organizadas para chegar às mulheres, e isso se evidenciou no resultado do estudo. Conseguimos alcançar as culturas de alta relevância e todos os estados fortes do agronegócio.

Existe uma limitação técnica e de tempo para realizar a coleta. Optamos por aplicar a entrevista

por telefone ou *web*. Encontramos gargalos nas regiões Norte e Nordeste, onde estes recursos não são amplamente disponíveis na área rural. Como em torno de metade das propriedades rurais está localizada no Nordeste, provavelmente as mulheres também tenham esse papel de gestoras. Mas, essa avaliação requer uma coleta cara e de largo espaço de tempo. Muitas das mulheres indicadas pelas cooperativas, por exemplo, não tinham telefone em suas propriedades e ficaram com baixa participação na nossa pesquisa.

ENTRE O PASSADO E O PRESENTE, O PAPEL MUDOU?

AF: As mulheres sempre trabalharam muito nas propriedades rurais, seja como donas ou empregadas. No passado, era comum dirigirem várias atividades. Nessa época, a família toda morava no campo. A mulher herdeira dificilmente tocava uma fazenda. Essa função era, muitas vezes, assumida pelo marido ou por um parente mais próximo, senão a propriedade era até vendida. Nas entrevistas, detectamos as mulheres nas cabeças da gestão da propriedade herdada, muitas das quais preparadas para desempenhar esse papel de gestora.

> “OUTRO DADO COMPORTAMENTAL INTERESSANTE FOI O LADO OTIMISTA DAS MULHERES ATUANTES NO AGRONEGÓCIO EM RELAÇÃO AO FUTURO.”

EXISTEM PONTOS DE ATRAÇÃO PROFISSIONAL?

AF: Sim. Muitas mulheres olham as inovações tecnológicas no campo como uma excelente oportunidade, seja na agricultura, na pecuária ou na silvicultura. O resultado técnico e econômico da produção provoca orgulho tanto do ponto de vista de execução, como do de resultado. Tivemos o caso interessante de uma engenheira agrônoma que toca a sua própria propriedade e, também, mais duas pertencentes às suas tias, num modelo de governança muito interessante para os três lados.

Captamos quatro mudanças de tendências: a primeira é a de **tocar** o empreendimento; a segunda, de tirar o maior proveito do empreendimento: **fazer da melhor maneira**, com a participação de especialistas e consultores para estudar e aprender; a terceira, de testar e procurar o benefício de novas descobertas e inovações: **buscar a ousadia**; e a quarta, de incluir resultados positivos para a propriedade, o empregado, o município e o meio ambiente: fazer **dar certo** a gestão.

HÁ RELAÇÃO ENTRE ESTILO DE VIDA E POSICIONAMENTO INDIVIDUAL?

AF: Não estudamos muito o estilo de vida. Nesse primeiro estudo, estávamos mais focados em como seria a gestão feminina no negócio rural. Tivemos condições de medir que, apesar de termos dois terços de gestoras casadas na nossa amostra, apenas 12% relatam dependência financeira do companheiro. Frente à exigência de deslocamentos para administrar vários empreendimentos rurais em locais às vezes distantes, muitas mulheres ressentem-se mais da solidão, pois relatam dificuldades em manter um relacionamento estável com tantas viagens.

Além disso, aproximadamente 60% das entrevistadas responderam que as demandas do trabalho no campo não interferem na vida pessoal. Outro dado comportamental interessante foi o lado otimista das mulheres atuantes no agronegócio em relação

> “A DIVULGAÇÃO DA PESQUISA PROVOCOU DEBATES INTERESSANTES, COM NOVOS QUESTIONAMENTOS.”

ao futuro. Na agricultura, esse percentual chega a 85%, enquanto, na pecuária, alcança a casa de 97%. Estas taxas superam em muito a média dos brasileiros, ao redor de 58%.

TEMOS RELATO DE OBSTÁCULOS?

AF: A pesquisa apontou, também, que 71% das entrevistadas já tiveram alguma experiência de discriminação na atividade pelo fato de ser mulher. Nesse aspecto, entre as principais dificuldades apontadas por elas, estão: não serem obedecidas pelos funcionários (43%); e resistência da família quando elas manifestam interesse pelo negócio (41%).

Há, inclusive, depoimentos de discriminação nas associações ligadas ao setor. Certamente, mais cedo ou mais tarde, elas conseguirão pleitear sua representação com mais força. Esse será um processo normal, mesmo com resistências. O agronegócio terá de conviver com a presença das figuras femininas em qualquer evento ou atividade de negócio.

Em relação ao uso de ferramentas da internet, 69% acessam a *web* todos os dias, enquanto, na população brasileira, esta taxa é de 48%. Além disso, 80% delas usam redes sociais.

O HORIZONTE PROFISSIONAL ESTÁ ABERTO PARA SER OCUPADO?

AF: Certamente o ambiente oferece potencial liberdade para essa ocupação. Um grande indicador, sem dúvida, é a presença de um número crescente de mulheres nas mais renomadas escolas de Ciência Agrárias. Nas empresas de insumos do agro, ou no varejo na ponta final do processo, quando registramos de forma estimativa, essa participação já beira os 30%. Essas áreas estavam fechadas no passado. Não é um espaço vazio como se fosse vácuo. A sua conquista ocorrerá como o foi em tantas categorias, e os indicadores demonstram isso também.

QUAIS SÃO AS RECOMENDAÇÕES PARA UMA PRÓXIMA PESQUISA?

AF: Já tínhamos consciência de que o tamanho do desafio era enorme e iria bem além dessa primeira proposta inicial. A divulgação da pesquisa provocou debates interessantes, com novos questionamentos. Analisaremos e partiremos dessa matéria-prima para nos aprofundarmos em alguns pontos. Certamente iremos expandir o levantamento em termos de regiões e subsetores do agronegócio, sejam nas atividades do campo, nas empresas ou nas instituições. A possibilidade de contarmos com os dados do Censo Agropecuário de 2017 nos traria grande subsídio.

Possuímos uma área vasta e produtiva para realizarmos um estudo de avaliação da sinergia dos homens e das mulheres no agro, tanto na complementação da atividade, como na aprendizagem mútua. O cenário é de instigação em temas como sustentabilidade, inovação tecnológica, bem-estar animal, integração lavoura-pecuária-floresta, entre outros. Existem pontos de preocupações e ações interessantes, como a governança da sucessão familiar nos negócios, em que as mulheres se consideram diferenciadas dos homens. Esse seria um aspecto de percepção ou não? ■

FRASES & COMENTÁRIOS

"As trabalhadoras rurais são responsáveis pela renda de 42,4% das famílias do campo, sendo que 45% dos produtos oriundos da nossa agricultura familiar são plantados e colhidos pelas mãos de mulheres."

SOLANGE DA COSTA, coordenadora de Políticas para as Mulheres Rurais, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), ao citar números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na celebração do Dia Internacional da Mulher



ELZA FIUZA/ABR

"Ações unilaterais como as que o novo presidente americano Donald Trump vem prometendo seriam 'desastrosas para todos', afetariam a recuperação do Brasil e podem 'fugir ao controle'."

ROBERTO AZEVÊDO, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), reeleito de forma inédita para mais um mandato, de setembro de 2017 a setembro de 2021



DIVULGAÇÃO/SRB

"Estamos diante de uma agenda de desafios. É um momento para, de um lado, discutirmos a regularização do setor para melhorar a sua eficiência e, de outro, desenvolvermos um trabalho de valorização da imagem dos nossos produtos para garantir o acesso ao mercado internacional."

MARCELO VIEIRA, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

"Exigiremos a redução na taxa de juros do crédito rural de pelo menos 2,5% para todas as linhas de financiamento no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2017/18, pois tanto a taxa da inflação como a taxa Selic estão em queda."

NILSON LEITÃO, deputado federal (PSDB-MT) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

"Exportador de quase US$ 12 bilhões de carnes bovina, suína e de frango por ano, o Brasil demorou muito tempo para consolidar a sua participação no mercado internacional. É um cenário difícil."

JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), sobre a operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal (PF) no contexto das investigações de falsificação das carnes

"Teremos que continuar a exercitar um pouco mais a nossa paciência. Há sinais de novos tempos, embora o céu ainda permaneça nublado e o sol, oculto como numa tarde de outono."

ÁGIDE MENEGUETTE, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Estado do Paraná (Sistema FAEP/SENAR-PR)

"Em todos os países ouvidos, percebe-se a agilidade nos processos de registros de novos produtos para combater as pragas, com tudo sendo feito com responsabilidade e dentro dos parâmetros de segurança para as saúdes humana e ambiental."

TEREZA CRISTINA, deputada federal (PSB-MS), vice-presidente da FPA e presidente da Comissão Especial

"O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), divulgado no final de 2016, demonstra que 99% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são seguros."

LUIZ NISHIMORI, deputado federal (PR-PR), integrante da FPA e relator da Comissão Especial

Depoimentos na audiência pública da Comissão Especial que analisa o uso de agroquímicos no Brasil (Projeto de Lei nº 6.299/02)

QUEDA LIVRE

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O COMPORTAMENTO da inflação brasileira nos últimos meses segue surpreendendo pela sua queda acima do esperado para esse período. De fato, a inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) no primeiro bimestre ficou em 0,71%, significativamente mais baixa do que a verificada para o mesmo período de 2016, de 2,18%.

Sem sombra de dúvida, isso representa o destaque positivo do governo Temer, que, após receber a economia em frangalhos, está tendo que lidar com a reconstrução da gestão econômica brasileira em um contexto político pantanoso e deletério, onde a própria base do governo é alvo recorrente de denúncias de corrupção. Ao mesmo tempo, o espaço político de manobras para realizar reformas é relativamente limitado, dados o horizonte finito deste governo e a ausência de uma convergência plena da sociedade acerca dos temas em pauta.

De qualquer forma, dado o ambiente herdado, o governo Temer não tem se saído de todo mal. A esquizofrenia da política econômica da era Dilma – que queria combater a inflação ao mesmo tempo em que ambicionava reativar a demanda via expansão do crédito – foi substituída por racionalidade nos âmbitos fiscal e monetário. Nesse sentido, no âmbito fiscal, é digno de nota que, apesar dos expressivos déficits herdados e da ausência de um horizonte mais breve em termos de melhoria, pelo menos o governo Temer caminha



na direção correta, dotando de responsabilidade uma política que antes era conduzida de forma irracional e estava levando o País a uma clara trajetória de insolvência.

No âmbito da política monetária, o foco passou a ser claramente o combate à inflação, que já se situava em patamar superior a 10% no acumulado em doze meses medido pelo IPCA. A tolerância com patamares de inflação cada vez mais elevados no período de 2011 a 2015 levou a uma dinâmica de formação de expectativas que operava em níveis de constante elevação. Os impactos sobre a sociedade foram diretos, particularmente nas camadas mais baixas de renda, que sofreram mais duramente com a aceleração da evolução do ritmo dos preços no País.

A mudança do eixo da política monetária a partir de meados de 2016, que tornou explícita a prioridade do combate à inflação, estancou esse processo. No entanto, mesmo ante a mais severa das recessões enfrentadas pelo Brasil em décadas, a inflação relutou em ceder. Parte disso era derivada do comportamento das expectativas de inflação dos agentes, que ainda operavam em um contexto de aceleração no ritmo de alta dos preços. Outra parte era oriunda da rigidez do comportamento da inflação decorrente do resíduo de indexação que ainda persiste na nossa economia. Nesse sentido, a existência de vários preços contratuais e de salários corrigidos de maneira praticamente automática pela inflação passada reforça a perpetuação do ritmo da evolução dos preços.

Por conta disso, a inflação brasileira demorou a cair, e apenas no último trimestre do ano passado ficou evidenciada a trajetória de queda. Esse fenômeno abriu espaço para que o Banco Central (BC) começasse a cortar a taxa de juros, que tem caído de forma recorrente ao longo das últimas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

As perspectivas indicam que o BC deverá prosseguir cortando a taxa de juros ao logo de 2017. Obviamente, a velocidade desses cortes será dada em função do ritmo de queda da inflação.

Nesse sentido, vale destacar que o comportamento dos preços no País, conforme apontado anteriormente, tem surpreendido positivamente nos últimos meses. Claramente, de um lado, as expectativas dos agentes econômicos quanto ao comportamento da inflação realinharam-se a uma nova realidade, mais condizente com o quadro da atividade econômica atual. Do outro lado, a profundidade da recessão que o País atravessa neste momento também tem afetado, de alguma maneira, o comportamento de ajuste automático de vários preços na nossa economia com base na inflação passada. A mudança nessa lógica tem contribuído para a desaceleração do ritmo de alta dos preços no Brasil.

Em face disso, é razoável supor que a inflação brasileira, depois de se situar vários anos seguidos acima da meta, de 4,5%, volte a cair abaixo deste patamar, podendo ficar abaixo de 4,0% em 2017. ■

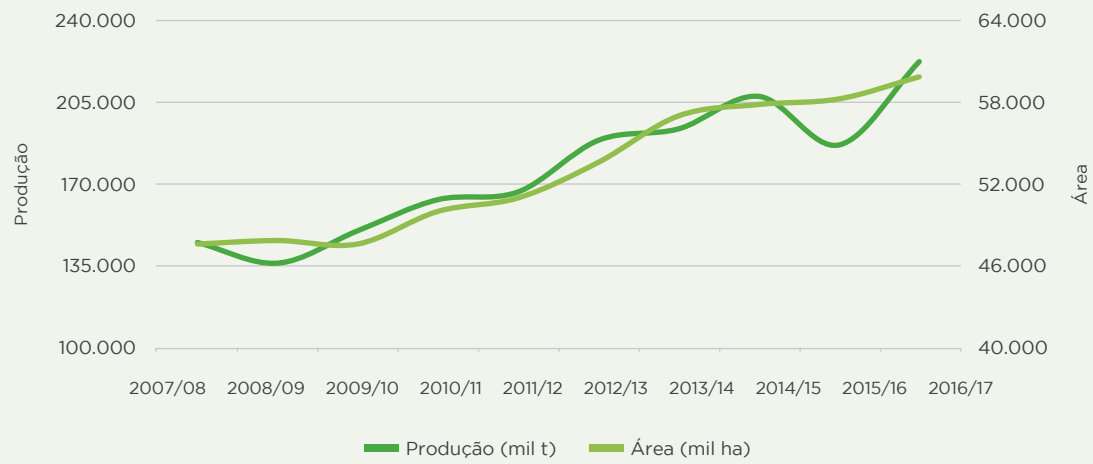
AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

COLHEITA CHEIA

O Brasil colhe uma safra recorde em 2016/17. O quadro é bem diferente daquele do ano passado, quando as estiagens na região Central do País provocaram perdas próximas a 16 milhões de toneladas. O reflexo desse desempenho inverte o impacto negativo sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de 2016 – uma previsão positiva para 2017. Essa grande produção, mais uma vez, causa transtornos e engarrafamentos nas estradas brasileiras. O exemplo emblemático é a Rodovia da Produção – BR 163 –, no trecho que liga Cuiabá-MT a Santarém-PA.

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE GRÃOS



Fonte: Conab

CORTES NOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

O governo Trump deve promover uma série de cortes nas estruturas públicas dos Estados Unidos para reduzir custos. Uma das decisões mais controversas diz respeito à possível extinção do programa sobre as Estimativas Globais de Oferta e Demanda (WASDE, na sigla em inglês), geradoras de relatórios rotineiros para o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA). Desde 1961, quando foi criado, esse trabalho é uma fonte de consulta importante para a análise de mercado e as operações nas grandes bolsas internacionais, como a de Chicago. Cerca de 72 países são pesquisados.

JUROS NO PLANO SAFRA 2017/18

O boletim Focus do Banco Central projeta uma taxa Selic média de 9,2% para julho de 2017 a junho de 2018, período do Plano Safra 2017/18. Existe uma proposta em estudo para se criar um gatilho para os juros do crédito rural atrelados à Selic de 85%. Este percentual em relação à taxa Selic em vigor no dia da assinatura do crédito no banco seria a taxa de juros fixada para o empréstimo rural. O cálculo da taxa média corresponderia a 0,85 x 9,2% = 7,82%. Na safra 2016/17, que encerrará em 30 de junho próximo, o juro das operações de custeio com maior procura de financiamento foi de 9,5% ao ano.

ESTÍMULOS AO COMÉRCIO MUNDIAL

A Organização Mundial do Comércio (OMC) aprovou a introdução de novas medidas no Acordo sobre Facilitação de Comércio (AFC), com a desburocratização das vendas e das compras externas de produtos e serviços. Como o documento precisava ser ratificado por dois terços dos membros da entidade – cerca de 110 países –, a negociação envolveu enorme processo diplomático. Os ganhos para a economia mundial são calculados em US$ 1 trilhão, com uma redução dos custos de exportação e importação de até 14%. *Commodities* produzidas no Brasil, como café, açúcar, etanol, entre outras, serão fortemente beneficiadas por essas medidas.

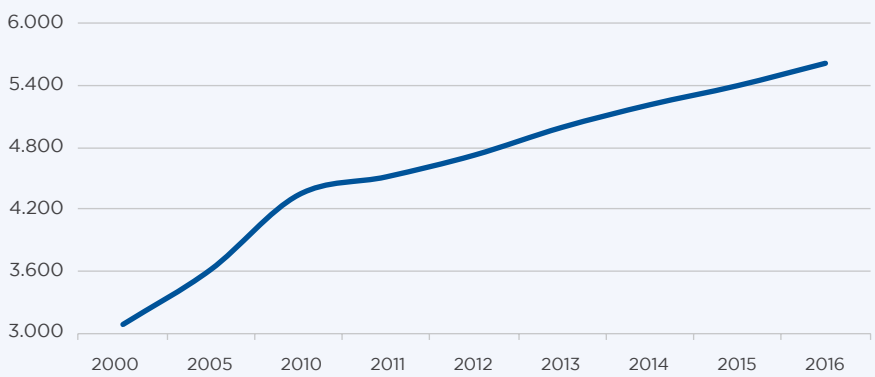
PRESIDÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ

Com mandato até 2022, José Dauster Sette assume o cargo de diretor executivo da Organização Internacional do Café (OIC), que possui 76 Estados-membros, representantes de 98% da produção cafeeira mundial e 83% do consumo mundial do produto. Com passagem no cargo de diretor de Operações da OIC, Sette, atualmente, era diretor executivo do Comitê Consultivo Internacional do Algodão. A escolha deu-se por aclamação, após reuniões ocorridas em Londres, na Inglaterra. Em 2011, outro brasileiro foi eleito para o cargo: Robério Oliveira Silva.

EXPANSÃO NA ÁREA IRRIGADA

A área agrícola irrigada no Brasil segue em crescimento, de acordo com as estatísticas da Câmara Setorial de Equipamentos de Irrigação da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (CSEI/ABIMAQ). Em 2015, o aumento de 218,5 mil hectares na área irrigada do País deu-se, basicamente, pelo aumento de 48% no uso de equipamentos pivôs centrais nas lavouras. Se em comparação à área incorporada de pivôs centrais para a irrigação em 2015, de 78 mil hectares, o aumento foi de 34,6%.

BRASIL: ÁREA IRRIGADA
(MIL HA)



Fonte: ABIMAQ

REELEIÇÃO NA OMC

Candidato único, o embaixador brasileiro Roberto Azevêdo foi reconduzido ao posto de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), organismo composto por 164 países que trata das regras do comércio exterior. Com início em 1º de setembro próximo, a gestão é de quatro anos.

ADIDOS AGRÍCOLAS

Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e de Relações Exteriores (MRE) definiram as missões diplomáticas do Brasil no exterior que contarão com adidos agrícolas. O agronegócio brasileiro terá representação em 42 países, em duas organizações internacionais (Organização Mundial do Comércio e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e na União Europeia.

Em maio do ano passado, o Governo aumentou de oito para 25 o número de adidos agrícolas nas representações diplomáticas no exterior. A ampliação faz parte da estratégia do MAPA de elevar de 7% para 10% a participação do Brasil no comércio agrícola mundial. Os adidos atuam na abertura, na manutenção e na ampliação de mercados para o agronegócio brasileiro, contribuindo para a geração de divisas e empregos no Brasil.

PAÍSES/BLOCOS ECONÔMICOS	Sede	Número de adidos
União Europeia	Bélgica	2
OMC (Genebra)	Suíça	1
FAO (Roma)	Itália	1
Estados Unidos	EUA	1
China	China	3
Japão	Japão	1
Indonésia, Malásia e Cingapura	Indonésia	1
União Econômica Euroasiática (UEE)[1]	Rússia	2
Tailândia e Myanmar	Tailândia	1
Vietnã e Filipinas	Vietnã	1
Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)[2]	Arábia Saudita	1
Canadá	Canadá	1
Egito e Turquia	Egito	1
Irã	Irã	1
Marrocos e Argélia	Marrocos	1
México	México	1
Coreia do Sul	Coreia do Sul	1
Colômbia, Venezuela, Equador e Peru	Colômbia	1
Índia	Índia	1
África do Sul, Angola e Nigéria	África do Sul	1
Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Chile	Argentina	1

1 Rússia, Cazaquistão, Belarus, Quirguistão e Armênia
2 Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Omã, Catar, Bahrein e Kuwait

BIODIESEL NO DIESEL

O governo federal definiu o cronograma de realização dos testes e dos ensaios para aumento gradual na mistura de biodiesel no diesel para 10% (B10) e 15% (B15). Desde o início de março, o percentual obrigatório da mistura de biodisel no diesel comum vendido ao consumidor é de 8%, ante os 7% anteriores. Já estava prevista, também, uma ampliação para 9% a partir de 1° de março de 2018 e 10% a partir de março de 2019. O Grupo de Trabalho (GT) do Governo dedicado ao assunto poderá propor a antecipação destas datas.

PLANO NACIONAL DE SAÚDE ANIMAL

Tal Plano está previsto pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para este ano, com medidas de avaliação dos serviços veterinários nos estados, de intensificação das emergências sanitárias e de agilidade nas indenizações nos casos de sacrifício em rebanhos. Haverá um comitê nacional de sanidade animal, consultivo e permanente, que será apoiado por grupos temáticos temporários para assessoramento.

Também será estruturado o Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergência Veterinária (SISBRAVet), para cuidar da elaboração e da organização das técnicas voltadas à vigilância das doenças dos animais, desde a prevenção, passando pela detecção, até a contenção de focos. Será desenvolvido um aplicativo específico (e-Sisbravet), com módulos de atendimento para as ocorrências zoossanitárias e na gestão de programas sanitários e das emergências.



SUSPENSA IMPORTAÇÃO DE CAFÉ ROBUSTA

O presidente Temer suspendeu, em caráter temporário, a decisão do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex), que havia autorizado a importação da cota de 1 milhão de sacas de café Conilon, até maio, com tarifa de 2% (se a cota for extrapolada, será aplicada tarifa de 35%). O estado do Espírito Santo, que produz, em média, de 10 a 11 milhões de sacas de café, produziu 5,82 milhões em 2015 e 7,76 milhões em 2016, devido à seca. Em 2017, o mercado trabalha com a previsão de 9,00 milhões.

Levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apurou um estoque de café Conilon, em 70% dos armazéns privados nos estados Espírito Santo e Rondônia e no sul da Bahia, entre 1,5 milhão e 1,7 milhão de sacas. Com consumo mensal de 330 mil sacas de Conilon, a indústria de café solúvel carrega, em média, um estoque de cinco meses, porque as suas operações de compra são feitas à vista. As operações de mercado futuro na Bolsa de Londres são inviáveis. O quadro de escassez fica bem apertado até a entrada da safra, em maio próximo.

#AoSeuLadoSempre



SISTEMA OTMIS MAPS TELEMETRIA

ECONOMIA, ALTA PRODUTIVIDADE E GESTÃO DAS OPERAÇÕES EM TEMPO REAL

OTMIS - SOLUÇÕES INTELIGENTES EM AGRICULTURA DE PRECISÃO

A **Jacto** oferece aos seus clientes a **Linha Otmis de Agricultura de Precisão** – um conjunto de soluções em gestão e qualidade total da pulverização para maior eficiência na aplicação de insumos e maior rentabilidade na lavoura.



CONHEÇA OS BENEFÍCIOS DO OTMIS MAPS TELEMETRIA

- Registra toda a operação de pulverização;
- Permite aprimorar a qualidade da aplicação;
- Gera relatórios detalhados das atividades;
- Fácil de usar e sem necessidade de instalação;
- Pode ser acessado via internet ou celular.

O RESULTADO É MAIOR EFICIÊNCIA DE APLICAÇÃO E MAIS LUCRO

Informações, ligue: **SAC 0800 7222100**

jacto.com.br

jacto

MERCADO DE CARNE

QUAL PARTE DA CARNE É FRACA?

ANGELO COSTA GURGEL
Coordenador do Mestrado Profissional em Agronegócio (MPAgro) da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

AS RECENTES notícias sobre fraudes na fiscalização de produtos da indústria de processamento de carnes, apontadas na operação "Carne Fraca" da Polícia Federal (PF), alarmaram os consumidores brasileiros e os compradores internacionais a respeito da qualidade e da idoneidade destes produtos.

Esses acontecimentos representam um lamentável episódio não só para essa indústria alimentícia em particular, mas também para diversos segmentos da cadeia nacional de proteína animal e para o agronegócio brasileiro. O tamanho do prejuízo ao País que este episódio provoca é de difícil mensuração. Sem querer indicar ordem de relevância ou de prioridade, a corrupção no processo de inspeção de frigoríficos gera:

- Risco de contaminação dos alimentos destinados ao consumidor;
- Insegurança e preocupação na mente deste quanto à idoneidade do conteúdo indicado no rótulo do alimento;
- Redução ou interrupção da comercialização da produção de carnes e derivados de outras empresas e estabelecimentos, tanto nos mercados domésticos, quanto para exportação, independentemente de todos os esforços produtivos e de garantia da qualidade realizados pelos responsáveis envolvidos;
- Diminuição no abate de animais, o que prejudica os pecuaristas que nada têm a ver com a etapa de processamento industrial;
- Redução nas vendas de grãos e rações para alimentação animal, entre outras consequências.

> "...O PERCENTUAL DE PESSOAS ATUANDO DE FORMA CRIMINOSA NO SETOR É BEM PEQUENO..."

Percebe-se, portanto, que todos os elos da cadeia são duramente afetados, desde o produtor até o consumidor final. Por isso, qualquer que seja o ângulo de visão sobre o assunto, é preciso agir de forma rápida e exemplar na apuração e na punição dos envolvidos. Sem isso, a credibilidade necessária para restaurar o funcionamento desses mercados dificilmente será alcançada.

Em que pesem todas as consequências negativas desse episódio, resta à sociedade brasileira: buscar formas de seguir em frente, criando mecanismos para evitar possíveis sustos futuros dessa natureza; reconhecer as falhas existentes, bem como os esforços já realizados e as conquistas alcançadas; e inovar na montagem e na operacionalização de formas de controle mais eficientes.

Nesse sentido, é preciso considerar que a operação "Carne Fraca" da PF foi noticiada pela mídia como a maior até então conduzida pela instituição, envolvendo 1.100 agentes nos últimos dois anos, o que significa centenas de horas de investigação. Tamanho esforço foi capaz de encontrar, até o momento, evidências e provas que levaram a 309 mandatos, sendo 27 de prisão preventiva, 11 de prisão temporária, 77 de condução coercitiva, 194

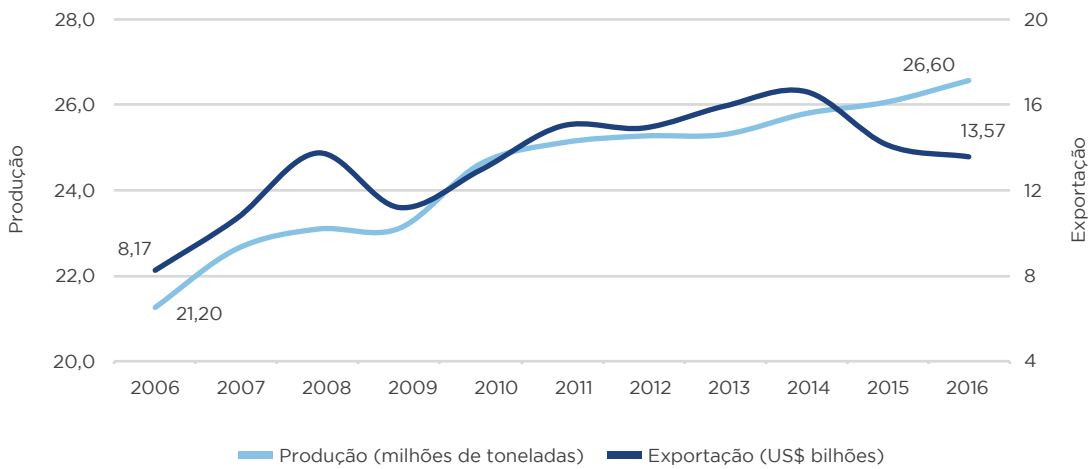
de busca e apreensão, tendo 21 estabelecimentos apresentado irregularidades, de uma indústria composta por mais de 4.800 estabelecimentos. Em termos relativos, esses números sugerem que o percentual de pessoas atuando de forma criminosa no setor é bem pequeno, apesar de que o ideal mesmo era que não houvesse corruptores nem corrompidos no setor, haja vista o estrago que muito poucos podem gerar na vida de milhões de pessoas, seja como consumidores ou envolvidos na produção. Desta forma, pode-se considerar acertada a constante menção de representantes do setor e autoridades públicas, entrevistados nos últimos dias, sobre a qualidade do produto brasileiro e sobre o rigor das normas e dos procedimentos.

> “A FISCALIZAÇÃO (...) NÃO ESTÁ APENAS SOB RESPONSABILIDADE DE AGÊNCIAS E INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS (...), MAS TAMBÉM DE AGENTES INTERNACIONAIS, QUE VISITAM AS FÁBRICAS E INSTALAÇÕES CONSTANTEMENTE.”

De fato, a legislação brasileira é bastante criteriosa quanto às especificações e à normatização de produtos e processos produtivos na indústria alimentícia e, em particular, na indústria de carnes. As exigências sanitárias e de qualidade são, também, comparáveis às de nações de primeiro mundo, o que permitiu ao País, depois de muito investimento e avanços, se tornar exportador para mercados considerados os mais exigentes no mundo, como é o caso dos países da União Europeia.

A fiscalização desses procedimentos não está apenas sob responsabilidade de agências e instituições brasileiras, como o Ministério da Agricultura, mas também de agentes e fiscais internacionais, que visitam as fábricas e instalações constantemente e realizam testes e análises frequentes do produto enviado ao exterior. Por isso, um evento de tamanho alcance deve ser evitado e prevenido com ações eficazes e eficientes para tal. Nesse sentido, não parece haver espaço para novas normas de qualidade, de regras mais rígidas na produção ou de procedimentos excessivos de controle e fiscalização, mas sim para avanços nas formas de execução da fiscalização e gestão da informação, valendo-se de ferramentas modernas de apuração e aferição das normas e dos procedimentos que devem ser atendidos, gerando desburocratização

BRASIL: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CARNE DE BOVINOS, AVES E SUÍNOS



Fonte: SECEX; USDA

de processos e redução do tempo e do custo de validação de produtos.

Nessa direção, a centralização das atividades de fiscalização da qualidade do alimento em uma agência especializada para tal poderia contribuir para que o País avançasse nesse tema. Isso evitaria que as atividades de fiscalização da produção agropecuária se misturassem ou se sobrepusessem às de fiscalização do alimento.

Em suma, é preciso tirar lições do ocorrido e encontrar caminhos para o avanço da qualidade e da segurança do alimento no País. O agronegócio brasileiro, como um todo, e a cadeia produtiva da proteína animal, em particular, trilharam um longo caminho para conquistar a competitividade e o reconhecimento que possuem hoje, seja na mesa do consumidor doméstico, seja nos mercados internacionais. Que o ocorrido nos permita afastar para longe do setor aqueles que não merecem participar de uma nova fase de melhorias. ■

> “...A CENTRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DO ALIMENTO EM UMA AGÊNCIA ESPECIALIZADA PARA TAL (...) EVITARIA QUE AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SE MISTURASSEM OU SE SOBREPUSESSEM ÀS DE FISCALIZAÇÃO DO ALIMENTO.”

SHUTTERSTOCK



ECONOMIA BRASILEIRA

OTIMISMO, MAS NO FIO DA NAVALHA

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do GV Agro – roberta.possamai@gvmail.br

KELLEN SEVERO
Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

EM MARÇO, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro do ano passado. Infelizmente, os números deixaram claro que 2016 foi um ano duríssimo. Além de uma forte recessão (uma queda de 3,6% em comparação com 2015), a contração foi generalizada; todos os grandes setores econômicos encolheram. Embora os números de 2016 tenham sido bem amargos, é importante ressaltar que eles refletem o passado. Felizmente, as perspectivas para a economia brasileira em 2017 são mais animadoras. Há diversos sinais de que a retomada do crescimento aos poucos está se consolidando. Todavia, apesar desses sinais favoráveis, as turbulências do lado político podem colocar tudo a perder. Enfim, a economia brasileira está voltando a caminhar, porém ainda sobre o fio da navalha.



SHUTTERSTOCK

RECESSÃO PROFUNDA E GENERALIZADA

Os números do PIB divulgados no mês passado pelo IBGE deixaram claro que, em 2016, ninguém passou ileso pela crise; todos os três grandes setores econômicos encolheram: atividades agropecuárias (-6,6%), indústria (-3,8%) e serviços (-2,7%). Juntas, estas contrações explicam o tombo de -3,6% da economia brasileira no ano passado. Se for levada em consideração a queda de 3,8% da economia brasileira em 2015, tem-se que, nos dois últimos anos, a economia brasileira encolheu 7,2%, a maior queda acumulada que se tem registro na história nacional, devolvendo o País aos níveis de renda que a sociedade tinha gerado em 2010 – ou seja, em termos de crescimento econômico, jogamos seis anos na lata de lixo.

O ANO DE 2017 POSSIVELMENTE SERÁ BEM MELHOR

Apesar do tombo de 2016, o mercado tem visto 2017 com mais otimismo. De acordo com a mediana das projeções da pesquisa Focus do Banco Central, o mercado tem a expectativa de que a economia brasileira crescerá 0,48% neste ano. Embora esse número possa parecer bastante tímido, na realidade há dentro dele uma perspectiva de recuperação econômica bastante razoável. Para enxergar essa dinâmica, é necessário desagregar o crescimento projetado para 2017 ao longo dos seus trimestres.

No último trimestre de 2016, a economia brasileira encolheu 2,5% (em comparação com o trimestre anterior). Infelizmente, de acordo com a mediana das projeções do mercado, a economia deverá ter contraído 1,1% no primeiro trimestre deste ano. E, caso essa projeção se confirme, o Brasil terá registrado o mais longo período em recessão da sua história: nove trimestres consecutivos. Segundo as mesmas projeções, a economia interromperá esta sequência de quedas apenas no segundo trimestre, quando devemos registrar uma estagnação.

Dado que dificilmente a economia brasileira conseguirá crescer no primeiro semestre, a projeção de expansão de 0,48% ao final de 2017 implica um crescimento de 1,00% no terceiro trimestre e de 1,80% no quarto trimestre. Em outras palavras, se as projeções apresentadas se concretizarem, o crescimento de 0,48% de 2017 significa que a economia brasileira se expandirá a quase 2,00% no final do ano – um ritmo de crescimento que não é desprezível, dados os desarranjos acumulados pelo menos desde 2010.

É importante notar que esse ritmo de expansão mais forte ao final do ano deve ser observado em todos os setores econômicos. De acordo com a mediana das projeções do mercado, no final do quarto trimestre as atividades agropecuárias crescerão a 4,3%, a indústria, a 3,5%, e o setor de serviços, a 1,7%. Ou seja, caso estas projeções (ou algo próximo delas) se concretizem, ao final de 2017 a economia brasileira operará em uma situação bem melhor do que a que temos hoje.

A PRINCIPAL FONTE DE RISCO PARA A ECONOMIA EM 2017 ESTÁ DO LADO POLÍTICO

O avanço da agenda de reformas implementadas ou propostas pelo Governo responde por parte importante da recuperação da economia em

MEDIANA DAS PROJEÇÕES DE CRESCIMENTO TRIMESTRAL DA ECONOMIA BRASILEIRA POR SETOR ECONÔMICO EM 2017, DE ACORDO COM A PESQUISA FOCUS DO BANCO CENTRAL

SETOR	4º tri 2016	1º tri 2017	2º tri 2017	3º tri 2017	4º tri 2017	Ano 2017
Agropecuária	-5,23%	2,69%	4,29%	4,43%	4,30%	4,32%
Indústria	-1,89%	-0,80%	0,31%	1,30%	3,05%	0,82%
Serviços	-3,02%	-1,33%	-0,24%	0,30%	1,65%	0,02%
PIB	**-2,48%**	**-1,10%**	**0,00%**	**0,99%**	**1,84%**	**0,48%**

Fonte: Banco Central; IBGE

2017. Entre essas medidas, merecem destaque as Propostas de Emenda Constitucional (PECs) do Teto dos Gastos e da Desvinculação de Receitas da União (DRU), a renegociação das dívidas dos governos estaduais, as mudanças nos setores elétrico e de óleo e gás, as alterações nos modelos de concessões de ferrovias e aeroportos, bem como a expectativa de aprovação das reformas trabalhista e da previdência. A continuidade desta agenda de reformas depende do poder de coordenação do governo federal junto ao Legislativo. Essa capacidade de articulação pode esvaziar-se rapidamente dependendo de quão ferido o Palácio do Planalto sair com os desdobramentos das diversas investigações de combate à corrupção em curso no País. O maior risco à recuperação econômica não está na própria economia, mas no universo político. ■

COMO SERÁ A RENTABILIDADE DO SETOR COM A SAFRA RECORDE?

Os números oficiais (como, por exemplo, os da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab) indicam que a safra 2016/17 deve ser grande. Sem dúvidas, esta é uma ótima notícia, pois implica um volume razoável de exportações e divisas, maior oferta de alimentos e pressão baixista sobre a inflação, além de uma injeção de dinamismo na economia no interior do País (e já no primeiro semestre!). Todavia, em termos líquidos quanto dessa renda gerada efetivamente ficará com o setor?

Infelizmente, já são observados alguns fatores que podem contrair a renda final obtida pelo universo agro:

- Taxa de câmbio: ao longo dos últimos meses, o real se valorizou. Isso significa que o setor pode ter que vender sua produção com um dólar mais barato do que aquele com que ele contratou seus custos de produção no início do plantio. Embora ainda haja muita incerteza com relação à trajetória do dólar, não está no cenário mais provável que, no final do primeiro semestre, a taxa de câmbio volte para R$ 3,42/US$, valor observado em junho do ano passado.
- Preço recebido pelo produtor: devido à queda da taxa de câmbio e à safra volumosa, os preços de diversos produtos agropecuários têm registrado contrações. Por exemplo, entre dezembro de 2016 e a segunda semana de março deste ano, os preços de soja, milho, café, trigo e açúcar registraram quedas de, respectivamente, 10,6%, 20,1%, 3,7%, 5,0% e 11,3%.
- Problemas de infraestrutura: dada a precariedade da infraestrutura disponível no País para o escoamento e a armazenagem da grande safra produzida, não está claro qual será a rentabilidade efetiva dessa safra para o setor. A situação pode ficar ainda menos favorável se as chuvas excessivas persistirem em algumas regiões do País.

EVOLUÇÃO DO PREÇO (MÉDIA BRASIL) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS ENTRE DEZEMBRO DE 2016 E MARÇO DE 2017

PERÍODO	Soja[1]	Milho[2]	Café[3]	Trigo[4]	Açúcar[5]
Dezembro de 2016	$ 69,94	$ 33,69	$ 510,51	$ 30,66	$ 97,60
Janeiro de 2017	$ 67,18	$ 31,29	$ 506,14	$ 29,87	$ 93,04
Fevereiro de 2017	$ 64,27	$ 28,63	$ 501,33	$ 29,22	$ 89,53
Março de 2017	$ 62,52	$ 26,92	$ 492,85	$ 29,13	$ 86,59
Var. no período	**-10,62%**	**-20,10%**	**-3,46%**	**-4,98%**	**-11,28%**

1 Soja em grãos (saca de 60 kg); 2 milho seco (saca de 60 kg); 3 café Arábica tipo 6 duro (saca de 60 kg); 4 trigo em grãos nacional (saca de 60 kg); 5 açúcar (saca de 50 kg)
Fonte: Cotações Agrolink

CANA-DE-AÇÚCAR

CENÁRIO FAVORÁVEL PARA O ARRENDAMENTO

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

NA EDIÇÃO anterior da ***Agroanalysis***, apresentamos os resultados de uma análise que comparou o desempenho das atividades agropecuárias em 2016. O arrendamento de terra para cana-de-açúcar garantiu a segunda melhor rentabilidade, com 6,78%, ficando atrás apenas do conjunto formado por milho e soja, com 8,10%. Agora, vale a análise dos prós e contras dessa modalidade de exploração econômica da terra.

No arrendamento, o arrendatário (usina) é responsável por todos os processos realizados na terra do arrendante (proprietário fornecedor), desde o preparo do solo até a colheita e o transporte da produção da propriedade para a usina. Ou seja, o proprietário da terra não se preocupa com nenhum estágio da produção.

Os pagamentos, em sua grande maioria, são mensais, a partir do primeiro mês de arrendamento. Em menor escala, existem contratos com pagamentos semestrais ou anuais, mas, diante da grande crise econômica enfrentada pelo setor nos últimos anos, esta operação perdeu espaço. Os contratos são fechados para um período entre sete e dez anos, com possibilidade de renovação no último ano.

O grande risco do negócio está associado à inadimplência das usinas. A crise econômica recente do País, o excedente de produto, o subsídio à gasolina, entre outros fatores, provocaram uma séria crise no setor. Nesse cenário, usinas fecharam e outras tiveram dificuldades para honrar seus compromissos financeiros.

RENTABILIDADE DA CANA

Para a análise do retorno do arrendamento para cana, foi considerada a realidade do proprietário de terra do estado de São Paulo. Este é o principal

SÃO PAULO: PREÇO RECEBIDO PELO ARRENDAMENTO DA CANA

ATR por tonelada de cana (A)	131,80 kg
Valor do ATR na safra 2016/17 (B)	R$ 0,6343/kg
Preço da tonelada de cana-de-açúcar (A * B)	**R$ 83,60**
Produtividade média da cana (C)	22,73 t
Valor do arrendamento por hectare (A * B * C)	**R$ 1.900,23**

Fonte: UDOP

produtor nacional, com 57,7% do total colhido de cana-de-açúcar no País na safra 2016/17 – de 694,54 milhões de toneladas, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Nas usinas paulistas, os contratos de arrendamento estabelecem como referência a quantidade média de 22,73 toneladas de cana-de-açúcar por hectare e por volta de 131,80 quilos de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) por tonelada.

Assim, a quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (131,80 quilos), multiplicada pelo valor médio do quilo de ATR (R$ 0,6343 por quilo), corresponde ao preço de R$ 83,60 por tonelada de cana-de-açúcar. Considerando a quantidade de 22,73 toneladas de cana por hectare, o valor médio pago pelo arrendamento é de R$ 1.900,23 por hectare.

Para 2017/18, estima-se um preço médio de R$ 0,68 por quilo de ATR em São Paulo. Se considerarmos o preço da terra e demais parâmetros estáveis (capital médio), o valor do arrendamento para cana-de-açúcar ficará em R$ 2.036,91 por hectare, com rentabilidade média de 9,2%.

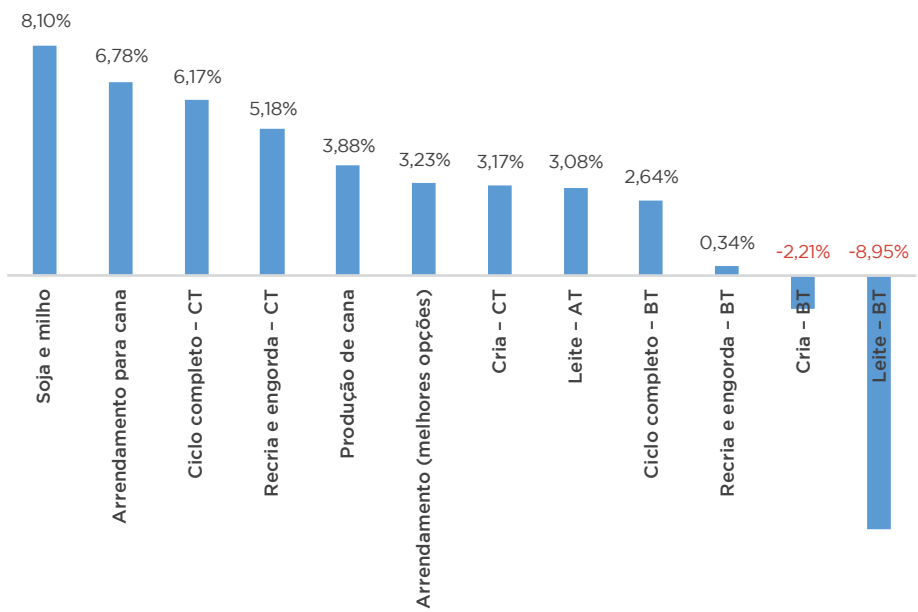
PERSPECTIVAS

O cenário é favorável ao setor sucroalcooleiro. A expectativa para a safra 2017/18 é de preços firmes para o açúcar no mercado internacional, o que deverá dar sustentação aos negócios internos. A preocupação é o câmbio. As recentes quedas do dólar em relação ao real podem diminuir a competitividade brasileira e impactar de forma negativa os preços das quantidades embarcadas durante o ano.

Desde meados de 2014, com a seleção dos produtores e das usinas com melhor saúde financeira, o mercado da cadeia produtiva sucroalcooleira tem ganhado segurança. Essa conjuntura é boa para o arrendamento de terras à usina e, também, para quem produz e fornece. A confiança no setor aumentou.

Desta forma, para quem fornece o risco associado ao negócio deverá ser menor, mas, ainda assim, existe. Se a usina for saudável financeiramente, o arrendamento de cana nas principais regiões produtoras de São Paulo é um bom e seguro negócio. O clima mais favorável na temporada deverá garantir bons rendimentos às lavouras de cana no País. ■

RENTABILIDADES MÉDIAS DE ALGUMAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS EM 2016



AT: alta tecnologia; BT: baixa tecnologia; CT: aplicação crescente de tecnologia
Fonte: elaboração pelos autores

INVESTIMENTO LOGÍSTICO

A INTEGRAÇÃO FERROVIÁRIA DA CHINA COM A EUROPA

PLINIO M. NASTARI
Mestre e doutor em Economia Agrícola e presidente da DATAGRO Consultoria

A CHINA está construindo uma nova geração de trens de alta velocidade, capazes de transportar passageiros a 500 km/h e cargas a 250 km/h. Desde que o programa chinês de construção de uma malha ferroviária moderna foi iniciado em 2004, o crescimento tem sido extraordinário. Em 2005, no mundo todo, a rede de ferrovias de alta velocidade era de 14 mil km, enquanto a China dispunha de uma rede de apenas 1 mil km. Em 2016, a China já dispunha de uma malha de alta velocidade de 20 mil km, e o resto do mundo permanecia com os mesmos 14 mil km. A meta chinesa é chegar a 30 mil km em 2020 e 45 mil km em 2030.

O objetivo é integrar os principais mercados chineses com Londres, Frankfurt, Barcelona e outros grandes centros europeus de comércio, dentro de poucos anos. No meio do caminho, com o cumprimento desta meta, está havendo a integração logística da China com o Oriente Médio, a Índia e o Leste Europeu. Desta maneira, o trajeto de 15.400 km entre o Leste Europeu e a China poderá ser feito em poucos dias. Enquanto isso, para levar uma carga da América do Sul até a China, o transporte marítimo de produtos, principalmente agrícolas, continuará demandando entre quarenta e sessenta dias. Essa é uma transformação importante que precisa ser levada em conta. Os custos de transporte e a integração comercial dos grandes mercados consumidores, como a China, a Índia e o Oriente em geral, com algumas geografias do mundo estão mudando rapidamente.

Esse é um movimento que encontra paralelo apenas no estabelecimento da Rota da Seda, dois mil anos atrás. A seda era a base de troca e a moeda utilizada no rico comércio entre a Ásia e o Ocidente. Era muito valorizada pelos nômades que criavam os cavalos utilizados no transporte, nas guerras e na manutenção da paz. Um livro seminal que explica o desenvolvimento da Rota da Seda é *The Silk Roads*, do pesquisador de Oxford Peter Frankopan. A história pregressa permite uma reflexão sobre as enormes transformações que estão ocorrendo neste momento e como elas podem afetar a competitividade da produção de produtos industrializados e alimentos no mundo todo.

Essa evolução da logística e da integração comercial já começa a direcionar investimentos em algumas geografias antes consideradas afastadas do eixo também antes considerado mais competitivo. Um destes exemplos é a expansão da produção de açúcar de beterraba no Leste Europeu, que vem ocorrendo principalmente por empresas sediadas na Europa Ocidental. Essas transformações são visíveis na Rússia e na Ucrânia. A Ucrânia é conhecida por ser uma das regiões com solos mais férteis do mundo. Em 2007 – portanto, dez anos atrás –, foram cultivados com beterraba açucareira cerca de 620 mil hectares, mas a produtividade média era de 30,0 toneladas por hectare. Em 2016, foram cultivados 312 mil hectares, mas a produtividade já havia subido para 47,7 toneladas de beterraba por hectare.

Com isso, foram gerados uma produção de 2,01 milhões de toneladas de açúcar e um excedente exportável de 520 mil toneladas. Para 2017, a área cultivada com beterraba deve crescer 12%, para 350 mil hectares, e a produtividade esperada é de 51,8 toneladas por hectare. A produção deve crescer para 2,50 milhões de toneladas de açúcar, e o excedente exportável vai dobrar, para cerca de 1 milhão de toneladas.

Na França, a produtividade média é de 73,5 toneladas por hectare, e, na prática, não há nenhum motivo que impeça os produtores da Ucrânia de alcançarem a mesma *performance* ou maior, em pouco tempo. Se a área cultivada voltar aos níveis de dez anos atrás, o excedente exportável vai crescer ainda mais. A integração logística com a China fará com que o Leste Europeu acesse o mercado chinês com muito mais facilidade do que o Brasil.

A logística do mundo está mudando rapidamente, e, com ela, a competitividade e as rotas de comércio.

Há quinze anos, o maior destino das exportações brasileiras de açúcar eram os portos do Mar Negro, para abastecer a Rússia e os países vizinhos. A Rússia chegou a importar 5,1 milhões de toneladas de açúcar em um único ano – hoje é exportadora líquida. Desde então, o principal destino do açúcar brasileiro passou a ser composto pela China e pelo Sudeste Asiático. No entanto, é preciso atenção para que não ocorram novamente mudanças importantes nesse mercado, determinadas pelo valor do frete e pela facilidade representada pelos embarques fracionados em contêineres e vagões de trem.

Não basta ser competitivo da porteira para dentro. É preciso atenção redobrada sobre o que ocorre do portão até o prato do consumidor final. ■



SHUTTERSTOCK

CORREDOR DA BR-163

O IMPACTO NAS FAZENDAS DA REGIÃO DE SINOP-MT

MARCEL AGAR SILVA
Mestre em Agronegócio pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

AUGUSTO HAUBER GAMEIRO
Professor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ/USP)

ANGELO COSTA GURGEL
Coordenador do Mestrado Profissional em Agronegócio (MPAgro) da FGV-EESP

O ESTADO do Mato Grosso destaca-se por ser o principal produtor de grãos do Brasil. No entanto, seu rápido crescimento como produtor não foi acompanhado por melhorias logísticas que permitissem o adequado escoamento de sua produção. O escoamento de grãos no Brasil é realizado, principalmente, pelos portos do Sul e do Sudeste, que estão muito distantes de alguns dos principais municípios produtores, muitos dos quais estão localizados nas regiões norte e médio-norte do estado em questão. Além disso, as grandes distâncias são percorridas, na maioria das vezes, pelo modal rodoviário, pouco apropriado para cargas de baixo valor agregado como soja e milho.

No fluxo contrário, a matéria-prima dos fertilizantes que abastecem o Mato Grosso é proveniente, em sua maioria, dos portos do Sul do País. Isso implica, mais uma vez, grandes distâncias sendo

SHUTTERSTOCK



percorridas via rodovia, entre os portos e as misturadoras localizadas no estado.

O frete impacta a rentabilidade do produtor tanto do lado da receita (no valor das sacas de soja e milho), quanto do lado do custo dos insumos (principalmente fertilizantes, que têm como matéria-prima produtos importados e possuem grande relevância na estrutura de custos do produtor rural).

O investimento em rotas de escoamento via Norte do País fará com que essas distâncias sejam reduzidas. Em função do crescimento do fluxo de grãos, a região Norte tornar-se-á, também, uma importante porta de entrada para as matérias-primas necessárias para a fabricação dos fertilizantes. Se for considerada a instalação de misturadoras na região portuária, como ocorre em Santos e Cubatão, existe a possibilidade de frete de retorno (do porto para a região produtora) levando fertilizantes.

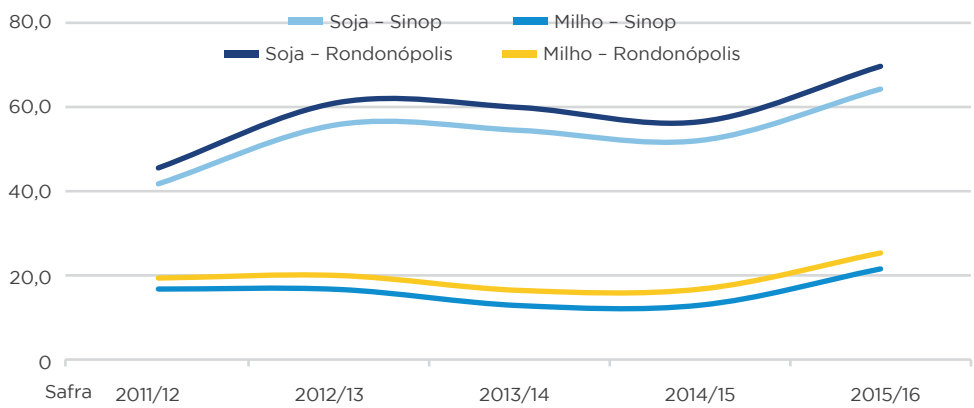
É possível supor que a maior rentabilidade da produção de grãos, ocasionada pela redução dos custos logísticos, deve resultar na valorização da terra. Em outras palavras, a saída da produção do Mato Grosso pelo Norte deverá fazer com que as fazendas das regiões impactadas por esses investimentos se valorizem.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA BR-163

Para ilustrar a possível apreciação do valor das terras decorrente das melhorias logísticas, levou-se em consideração uma fazenda localizada em Sinop-MT. Atualmente, as produções obtidas nas fazendas desta região percorrem, em média, distâncias superiores a 2.000 km, principalmente por rodovias, até os portos de escoamento nas regiões Sul e Sudeste. No cenário em que esta fazenda passa a escoar sua produção de grãos pelo Porto de Santarém, no Pará, via BR-163, a distância percorrida cai para cerca de 1.300 km, com a possibilidade de parte desta distância (300 km) ser percorrida por hidrovia. Este cenário afetaria a rentabilidade do produtor rural tanto do lado da receita (aumento do preço de grãos, em R$/saca), quanto do lado dos custos (redução dos custos com fertilizantes).

Simulou-se o aumento do preço de grãos decorrente da melhoria logística utilizando-se a premissa de que os preços na região de Sinop-MT convergirão para os preços de Rondonópolis-MT,

SINOP E RONDONÓPOLIS: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE GRÃOS
(R$/SACA)



Fonte: IMEA (2016)

CENÁRIOS ANALISADOS NA SIMULAÇÃO
(PREÇO DA SOJA DE REFERÊNCIA: RONDONÓPOLIS)

CENÁRIOS ANALISADOS	Desconto no preço dos fertilizantes	Valorização da terra pelo fluxo de caixa descontado	Valorização da terra pelo múltiplo de EBITDA
1	0%	29%	26%
2	5%	36%	31%
3	10%	43%	36%
4	15%	50%	41%
5	20%	56%	46%
6	0%	55%	48%
7	5%	62%	53%
8	10%	68%	58%
9	15%	75%	63%
10	20%	81%	69%

Fonte: elaboração pelos autores

mais elevados. Esta segunda região exporta parcela significativa de seus grãos pelo Porto de Santos (SP), utilizando-se de ferrovia e percorrendo uma distância de aproximadamente 1.560 km. De forma a levar em conta, também, os efeitos nos custos com fertilizantes, consideram-se reduções de 0% a 20% nestes custos, de acordo com a estrutura de custos proposta pelo Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (IMEA) para a safra 2015/16.

A valorização da terra, decorrente da mudança de rota logística, foi calculada pelos métodos de fluxo de caixa descontado e múltiplo de EBITDA, considerando uma série de cenários simulados. A diferença entre os resultados obtidos nas simulações e o cenário atual reflete os possíveis impactos das melhorias logísticas para o produtor.

Os resultados mostram que a maior geração de caixa pela fazenda em decorrência das melhorias logísticas se traduz potencialmente em considerável valorização da terra. Tal valorização seria de 29% a 81%, pelo método do fluxo de caixa descontado, e de 26% a 69%, pelo método do múltiplo de EBITDA, nos diferentes cenários analisados.

Enfim, os resultados apresentados por essa simulação deixam claros os ganhos que podem ser gerados para toda a cadeia a partir de melhorias logísticas. É importante ressaltar que, mesmo que estes ganhos não sejam plenamente apropriados pelo produtor via redução do custo do frete, o saldo para ele também é positivo, pois há uma valorização de todos os ativos imobilizados em sua propriedade. Em outras palavras, todos ganham com uma logística de melhor qualidade. ■

BREXIT

O TIRO PODE SAIR PELA CULATRA PARA OS AGRICULTORES BRITÂNICOS

DA REDAÇÃO

DENTRE OS diversos setores que apoiaram o Brexit, o setor agrícola destacou-se como um dos maiores entusiastas da iniciativa. A promessa de menor concorrência de outros países-membros da União Europeia (UE), somada à menor intervenção externa, parece ter seduzido os agricultores britânicos. Mas, pelo jeito, eles não contavam com o fato de que a saída da Comunidade Europeia traria diversas dificuldades para produzir e comercializar seus produtos.

Inicialmente, o elevado nível educacional dos trabalhadores britânicos torna escassa a mão de obra para trabalhos mais manuais e com remuneração inferior a outros setores, como o de Serviços, que representa o maior empregador do Reino Unido. Outra característica do setor agrícola, a sazonalidade, torna-o ainda menos atraente para trabalhadores, que buscam colocações mais estáveis.

Apesar de a agricultura britânica ser uma das mais mecanizadas do mundo, ainda restam atividades que não podem ser substituídas por máquinas, especialmente nos setores de frutas e verduras. A colheita destes produtos está fortemente apoiada em trabalhadores estrangeiros, sendo parte considerável de outros países da UE. Estimativas apontam que anualmente são recrutados 85 mil trabalhadores de nacionalidade não britânica. Mesmo a agroindústria ainda depende substancialmente de trabalhadores estrangeiros. Dos 400 mil trabalhadores do setor, estima-se que 120 mil sejam imigrantes de outros países europeus.

De forma a contornar o problema criado pela saída da UE, associações de representação do setor propuseram o retorno de um sistema de imigração temporária que foi utilizado até 2013. O sistema de trabalhadores temporários na agricultura permitia que trabalhadores europeus e não europeus recebessem um visto temporário nos períodos de safra. Contudo, a atual secretária da Agricultura e grande defensora do Brexit, Andrea Leadsom, não se manifestou como favorável à proposta.

A mudança na política externa britânica traz, ainda, outras inseguranças aos agricultores. Dado que o Reino Unido é um grande exportador de serviços, como nos setores bancário e de manufaturas, não seria de se estranhar que o acesso ao mercado de alimentos britânico fosse oferecido como uma moeda de troca nos acordos comerciais que serão estabelecidos nos próximos anos. Assim, até o benefício de um mercado cativo no Reino Unido se perderia.

Por fim, há o receio de que a saída da UE resulte na perda de mercados para agricultores britânicos em outros países-membros do bloco. Este ainda é o principal mercado de exportação da agricultura britânica, apesar de parcerias com outros países terem se desenvolvido nos últimos anos.

Com todos os riscos somados, fica difícil entender o apoio majoritário dos agricultores britânicos ao Brexit. Talvez, a difícil convivência com os demais agricultores europeus e a forte regulação exercida pelo bloco no setor tenham levado a essa oposição. Contudo, aqueles agricultores já devem estar se questionando se um futuro fora do bloco europeu é realmente vantajoso para o setor. ■

GESTÃO E TECNOLOGIA

DIGITALIZAÇÃO DO CAMPO

DA REDAÇÃO

COMO FENÔMENO mundial presente nas mais diferentes atividades econômicas, a digitalização chega ao campo como uma ferramenta promissora para o desenvolvimento da gestão e da tecnologia na agropecuária. É uma continuidade da história promovida pela Revolução Verde, a partir de meados do século passado, com os pacotes de produção baseados no melhoramento genético, no desenvolvimento de agroquímicos e no processo de mecanização.

De lá para cá, houve um salto monumental na área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da agropecuária mundial, até então praticamente circunscrita ao hemisfério temperado, em particular a Estados Unidos, Europa, Argentina e Austrália. Nos anos 70 do século passado, aparece a figura inédita do Brasil, com o potencial da sua viçosa produção tropical. A geração e a acumulação de conhecimento ganham proporções colossais com a biotecnologia e a agricultura de precisão.

O conceito de *agribusiness* (agronegócio), formulado na Universidade de Harvard no final da década de 1950, surge como uma resposta aos desafios ligados à administração das fazendas. De um lado, havia uma capacidade de produção crescente na produção de excedentes, diante dos lançamentos de insumos, máquinas e implementos. De outro, esse processo exigia serviços de comercialização, armazenagem, processamento e transporte, dentre outros, para levar a produção até os centros consumidores. Era a visão integrada da cadeia produtiva, cuja coordenação ainda é um desafio para o Brasil.

Beneficiada pelas três revoluções tecnológicas anteriores (ver quadro), a agropecuária rapidamente adere à quarta revolução em curso e em seu estágio inicial. Tudo isso chega rapidamente ao Brasil, uma pujante potência no agronegócio global.

As empresas mobilizam-se na apresentação de *start-ups* com soluções para aumentar a eficiência produtiva das lavouras e das criações. Ações podem ser tomadas para mitigar riscos futuros, com correções de falhas no plantio, a necessidade de doses adicionais de fertilizantes, controle sanitário adicional e momento adequado da colheita. Embarcados nas máquinas, os dispositivos eletrônicos recolhem informações durante todo o processo de desenvolvimento da planta e as repassam aos produtores.

REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS NO MUNDO

1ª: Invenção da máquina a vapor (1760);

2ª: Indústria química, eletrônica, petróleo e aço (1850-70);

3ª: Informática, química fina e biotecnologia (1950).

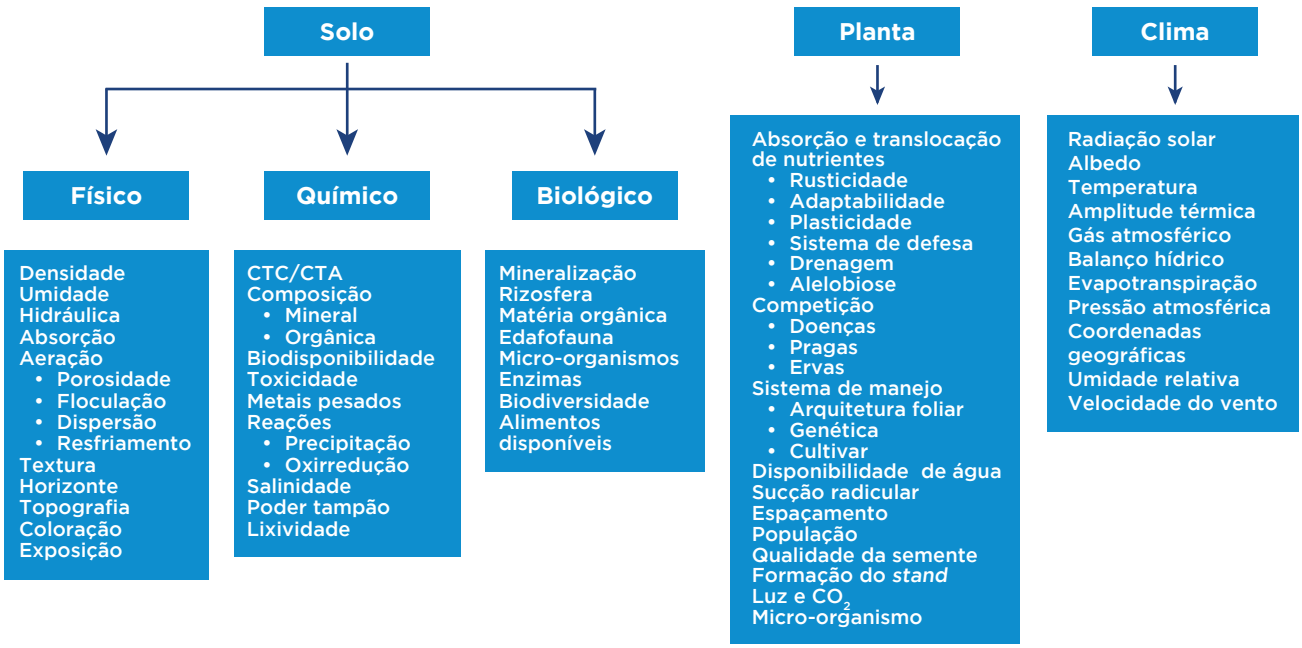
MUNDO DOS *BIG DATA*

Existem pelo menos cinquenta anos de uma profícua e numerosa produção científica amparada e analisada com resultados de campo nos quatro cantos do Planeta. Essa profusão de dados gerada e espalhada em gigantescos bancos de dados, a cada momento, cresce em volume exponencial, com mais fatos e conhecimentos. O desafio consiste

em como administrar os *big data* com sistemas inteligentes na busca da eficiência da agropecuária.

Pesquisa realizada pelo The Boston Consulting Group no final do ano passado entrevistou cinquenta executivos das maiores companhias mundiais do agronegócio. Os investimentos em P&D alcançaram de US$ 20 bilhões a US$ 25 bilhões em 2015, sendo que 75% deles mencionaram como uma tecnologia prioritária a agricultura baseada em dados. ■

FATORES DE INFLUÊNCIA NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA



Fonte: adaptação de Havlin *et al.* (2005)

TECNOLOGIA DE FRONTEIRA

A chamada Agricultura 4.0 associa a agropecuária ao ambiente da quarta revolução tecnológica. A robotização e o uso de *drones* (Veículos Aéreos Não Tripulados – VANTs) integram as operações de campo. Já o monitoramento com o emprego de *smartphones*, *tablets* e computadores simplifica, moderniza e otimiza os modelos de gestão tradicional de pequenas, médias e grandes plantações. O agricultor acompanha em tempo real a atividade da fazenda, mesmo sem a sua presença física, com uma vantagem em termos de tempo e de recursos.

Estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) apontam mais de sessenta fatores do ambiente que influenciam a produção agropecuária, dos pontos de vista do solo, da planta e do clima. Há um amplo envolvimento de assuntos complexos e diversificados, em termos de conhecimento e de prática. Uma recomendação de sucesso, muitas vezes, leva algumas safras de observação para ter validade técnica.

O 1° Censo AgTech Startups Brasil, iniciativa da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), em parceria com o AgTech Garage, aponta 75 empresas no Brasil, nos últimos três anos. Nesse clima de inovação e investimentos nas *start-ups*, companhias do setor foram atraídas, universidades formaram parcerias público-privadas, o empreendedorismo foi estimulado e o Governo apoiou projetos de pesquisa com perspectivas futuras de negócios.

EMBRAPA: 44 ANOS

Pesquisa e inovação para uma agropecuária moderna, diversificada e resiliente



MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

AO COMPLETAR 44 anos, a Embrapa reforça sua agenda de pesquisa e inovação com foco nos desafios do presente e do futuro. Em um contexto de severa desaceleração da economia brasileira, o agronegócio destaca-se como gerador de renda e empregos, além de manter a segurança alimentar dos brasileiros e prover excedentes para exportação.

A inovação foi o fator determinante para o Brasil atingir esse patamar, e a Embrapa alcançou reconhecimento pelas suas contribuições. Neste momento, temos um setor agropecuário privado pujante. As empresas brasileiras e multinacionais propiciam opções variadas e competitivas aos produtores rurais e consumidores.

A Embrapa mantém agendas estratégicas para manter a agropecuária competitiva e alinhada ao desenvolvimento sustentável. Com a sua grande rede de parceiros, desenvolve cerca de 1.200 projetos em mais de cem temas relevantes para o mundo rural brasileiro. Com isso, a Empresa consolidou um sistema moderno de gestão baseado em portfólios e arranjos de pesquisa que alinham projetos afins com objetivos e metas focados na entrega de valor para a sociedade brasileira.

Em 2016, a Embrapa havia registrado nos seus sistemas 3.694 soluções tecnológicas, caracterizadas como ativos de base tecnológica (como patentes), produtos (como variedades), processos, serviços, além de amplo acervo de informações tecnológicas.

EXEMPLOS DE TEMAS PRIORIZADOS PELA EMBRAPA

- Agricultura e mudança de clima;
- Integração lavoura-pecuária-floresta;
- Defesa fitozoossanitária;
- Engenharia genética no agronegócio;
- Química e tecnologia de biomassa;
- Suprimento de nutrientes para a agricultura;
- Manejo racional de defensivos;
- Automação e agricultura de precisão;
- Integração alimento-nutrição-saúde.

No Brasil, enquanto o setor privado se ocupa mais em desenvolver novos produtos, como sementes, defensivos, fertilizantes e máquinas, o setor público concentra-se na geração de conhecimentos para o aprimoramento da produção, como a forma adequada de aplicação de insumos, o cultivo da melhor população de plantas, o mapeamento dos riscos e as boas práticas para superá-los, entre muitos outros.

Estudos da Embrapa e parceiros sobre a produtividade da agricultura brasileira indicaram que o uso de insumos explicou 34,1% do crescimento da produção, enquanto os outros 65,9% foram

explicados pelos novos conhecimentos aplicados ao aprimoramento do processo produtivo.

Como uma boa parte do conhecimento gerado pela pesquisa pública não se materializa em insumos e produtos visíveis e mensuráveis, a Embrapa aprimora suas estratégias de comunicação para bem informar a sociedade sobre a relevância da sua produção. As organizações públicas de pesquisa precisam mostrar para a sociedade que se dedicam a missões de maior risco, de retorno em prazos longos. Elas funcionam como "locomotivas limpa-trilhos", indo adiante e removendo obstáculos para os "comboios do setor privado" transitarem com segurança e velocidade.

Como provedora de informações qualificadas para a agricultura brasileira, a Embrapa faz uso de todas as mídias relevantes – TV, rádio, jornais, internet, mídias sociais – para a disseminação de informações. Em *ranking* mundial de páginas de instituições científicas na *web*, nosso portal de internet é líder no Brasil e na América Latina: contabiliza 1,5 milhão de visualizações de páginas por mês e 97 mil *downloads* de publicações. Além disso, a Empresa alcança uma média de 1.300 inserções mensais e espontâneas na mídia.

A Embrapa avalia, também, há mais de duas décadas, uma amostra das suas tecnologias em termos de impactos econômicos, sociais, ambientais e institucionais. Em 2016, a avaliação de uma amostra de 117 tecnologias, incluindo 200 cultivares, revelou um lucro social anual de R$ 35 bilhões, com uma taxa interna média de retorno de 38,2%.

As avaliações desses impactos demonstram o compromisso da Empresa em entregar valor para os produtores e a sociedade. É o caso das tecnologias de fixação biológica de nitrogênio, com seleção de bactérias adaptadas às condições tropicais capazes de captar o nitrogênio do ar e transformá-lo em composto assimilável pelas plantas. A soja cultivada no Brasil recebe, hoje, nitrogênio de bactérias que habitam suas raízes, não havendo a necessidade da aplicação de adubos nitrogenados. Tem-se uma economia anual de mais de US$ 15 bilhões, além do ganho ambiental pela redução na emissão de gases do efeito estufa associados à adubação.

Daqui para o futuro, a Embrapa e suas instituições parceiras concentrar-se-ão cada vez mais em ajudar o Brasil a intensificar o uso da sua base de recursos naturais de forma segura e sustentável. Os aumentos na nossa produção agropecuária deverão ser obtidos, prioritariamente, via aumento de eficiência e produtividade.

Teremos que intensificar a busca de soluções de problemas que afligem o mundo tropical, onde as exigências de redução do desmatamento, recuperação de áreas degradadas e minimização das emissões de gases do efeito estufa, em conexão com o processo de mudanças do clima, são uma realidade.

A Embrapa está muito atenta, ainda, às demandas por soluções para diversificação, agregação de valor, especialização, elevação de segurança e qualidade dos nossos produtos, com velocidade e eficiência superiores àquelas alcançadas no passado. As inovações para agregação de valor às *commodities* criarão mais oportunidades para a agroindústria brasileira, em especial em mercados mais competitivos, sofisticados e rentáveis.

Portanto, a Embrapa comemora mais um aniversário como uma empresa contemporânea e atenta à sua missão de gerar e disseminar tecnologias capazes de promover a expansão sustentável do agronegócio brasileiro, com uma produção cada vez mais moderna, diversificada e resiliente. ■

PROTOCOLO CARNE CARBONO NEUTRO (CCN)

Trata-se de uma moderna agenda de pesquisa com nova abordagem em relação à carne produzida nos trópicos, com agregação de valor à pecuária brasileira por meio de sua certificação quanto à mitigação de gases do efeito estufa, à qualidade e à atenção ao bem-estar animal.

Como uma marca-conceito, parametrizável e auditável, a CCN visa atestar a carne bovina produzida em sistemas de integração Pecuária-Floresta (iPF) ou Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), por meio de protocolos específicos que possibilitem a certificação. A tecnologia é inovadora e 100% brasileira, sem iniciativas similares no mercado.

Em prol da agropecuária paulista

Fábio de Salles Meirelles

Presidente da Agrishow e da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo/ Sistema Nacional de Aprendizagem Rural em São Paulo (Sistema FAESP/SENAR-AR/SP)



É com muita honra que comunicamos a realização da 24ª edição da Agrishow – Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, que acontecerá de 1º a 5 de maio de 2017, em Ribeirão Preto, no estado de São Paulo.

A Agrishow é considerada uma das três principais feiras de tecnologia agrícola do mundo e a maior e mais importante na América Latina. O evento é a vitrine das mais avançadas tendências e inovações tecnológicas para o agronegócio.

São 440 mil metros quadrados, aproximadamente 152 mil visitantes e um público altamente qualificado, formado, em sua maioria, por produtores rurais de todo o território nacional e do exterior.

Mais de 800 marcas em exposição, que levam inúmeras novidades em termos de máquinas, implementos agrícolas, sistemas de irrigação, acessórios, entre outros produtos necessários ao incremento da produtividade das culturas e, também, à redução dos custos e ao aumento da rentabilidade do agronegócio brasileiro.

O estudo da agropecuária paulista, que ora segue, traz informações e análises para a atualização dos leitores sobre a dinâmica da economia rural do estado de São Paulo, tendo em vista a introdução de novas tecnologias e o significativo crescimento da produtividade das principais atividades agropecuárias desenvolvidas.

O Sistema FAESP/SENAR-AR/SP tem papel fundamental no aprimoramento e na qualificação da mão de obra e, até a presente data, capacitou mais de 3.700.000 (três milhões e setecentos mil) produtores e trabalhadores rurais, nos mais variados cursos, o que permitiu ao estado de São Paulo alcançar o atual estágio de produção, tornando-o líder no cultivo de dezenas de produtos agrícolas.

Confiamos no agronegócio como uma plataforma de progresso econômico e social do nosso País. Pela relevante participação no Produto Interno Bruto (PIB) e na balança comercial, além do elevado número de empregos gerados, sem dúvida alguma, o agronegócio é o grande trunfo da integração e do desenvolvimento nacional.

O trabalho permanente da FAESP e dos sindicatos rurais nos últimos cinquenta anos dedicou-se a manter o homem no campo, conquistar mercados e garantir oferta de alimentos de qualidade, a preços justos, na mesa das famílias brasileiras. Hoje, a sociedade reconhece a força das ações desse sistema no interior do estado, pois colhe e valoriza, cada vez mais, os frutos da segurança alimentar e da paz social.

Desejamos a todos uma leitura prazerosa.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FAESP

SENAR
SÃO PAULO



SHUTTERSTOCK

Agropecuária no estado de São Paulo

Alta adesão ao CAR

Da Redação da ***Agroanalysis***

O estado de São Paulo obteve um dos melhores resultados na adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Este resultado derivou de um intenso trabalho de conscientização e informação focado nos proprietários que ainda não tinham cadastrado suas áreas.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) coordenou uma força-tarefa para o preenchimento do cadastro em todo o estado. Foram articuladas parcerias com a FAESP – que capacitou técnicos do órgão –, sindicatos e entidades rurais importantes para oferecer todo o apoio ao produtor rural no momento do preenchimento do CAR. O mutirão foi realizado por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), nas quarenta Regionais e nas 594 Casas da Agricultura distribuídas em todo o estado.

O cadastro das informações ambientais das propriedades é obrigatório. O produtor precisa declarar a localização georreferenciada das áreas: de uso rural consolidado, de Preservação Permanente (APPs), de Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, de interesse social e de utilidade pública, dentre outras. Tais dados servirão para calcular os valores e os respectivos percentuais das áreas, a fim de permitir um diagnóstico ambiental das propriedades.

O CAR é obrigatório e imprescindível para o produtor poder aderir, caso necessário, ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) e se credenciar para:

- obter o reconhecimento de ativos ambientais;
- continuar as atividades agropecuárias, de turismo rural e de ecoturismo preexistentes a 22 de julho de 2008; e
- ter até vinte anos para recuperar APPs.

Ferramenta importante para auxiliar no planejamento do imóvel rural e na recuperação de áreas degradadas no estado, o CAR é decisivo para o produtor fazer a regularização da sua propriedade e contar com segurança jurídica na condução de seu empreendimento.

Do total de imóveis inscritos, 264.298 têm até 4 módulos fiscais (85,9%) e 43.526 (14,1%) têm áreas superiores a este limite. Por outro lado, imóveis com menos de 4 módulos totalizam área inscrita de 5.038.502 hectares (28,4%), enquanto os imóveis com mais de 4 módulos fiscais detêm 12.707.471 hectares inscritos (71,6%).

ESTADO DE SÃO PAULO: ÁREA NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

ESPECIFICAÇÃO	Hectares	Imóveis inscritos
Cadastrada*	17.745.973,91	307.824
Cadastrável	20.504.107	324.601
Percentual (%)	86,55%	94,83%

* Cadastro até 19 de março de 2017
Fonte: SMA; SICAR-SP

Pauta de exportação

A pauta de exportação do agronegócio paulista envolve 25 grupos de produtos. Os oito principais representam 88,83% do total, enquanto os cinco maiores participam com 80,68%. Há uma grande concentração nas cadeias produtivas nas cinco primeiras posições.

As exportações do agronegócio paulista em 2016 representaram 21,1% das exportações totais do agronegócio brasileiro, ou seja, mais de 3,1% do que em 2015, enquanto as importações representaram 33,2%, sendo 5,2% inferiores ao patamar verificado em 2015.

ESTADO DE SÃO PAULO: VALOR DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO
(MIL US$)

GRUPO	2015		2016	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Sucroalcooleiro	5.424,33	34,15	7.778,37	43,41
Carnes	2.029,74	12,78	2.009,39	11,22
Sucos	1.793,03	11,29	1.808,57	10,09
Florestais	1.683,35	10,60	1.523,21	8,50
Soja	1.319,57	8,31	1.316,09	7,35
Café	757,03	4,77	513,80	2,87
Couros	596,39	3,75	706,04	3,94
Origem vegetal	509,27	3,21	602,01	3,36
Subtotal	14.112,71	88,85	16.257,48	90,74
Outros	1.770,52	11,15	1.659,15	9,26
Total	**15.883,23**	**100,0**	**17.916,63**	**100,00**

Fonte: MAPA

Estabilidade na produção animal

Os estados da região Centro-Oeste tendem a adquirir uma participação cada vez maior na produção de proteínas animais, principalmente na criação de bovinos. Na produção de suínos e aves, ainda prevalece com muita força a presença das Unidades da Federação da região Sul. Nos outros estados produtores, houve uma mudança geral na posição da produção em relação ao total de animais abatidos no País.

O estado de São Paulo, em particular, revela uma queda tanto no tamanho do rebanho bovino, como na área ocupada pelas pastagens. Nesse caso, os sistemas de confinamento e semiconfinamento de animais (trazidos de outros estados vizinhos) explicam a manutenção na quantidade de abates. Quanto aos animais de pequeno e médio portes, como aves e suínos, se observa uma estabilidade.

Com relação às áreas ocupadas com as principais lavouras, há uma estagnação em função das dificuldades financeiras enfrentadas nos últimos anos pelo setor sucroalcooleiro, o carro-chefe da produção estadual. O milho e a soja tiveram recuperação na safra 2015/16, enquanto os laranjais foram reduzidos em função de problemas sanitários e de mercado que marcaram as últimas quatro safras. O café permanece estável.

Outras culturas de expressão no estado também mostram um intervalo de equilíbrio muito regular em termos de áreas, como nos casos da seringueira (110 mil hectares), da banana (60 mil hectares), do feijão (100 mil hectares) e do amendoim (100 mil hectares).

ESTADO DE SÃO PAULO: PASTAGEM (MIL HECTARES) E REBANHO (MIL CABEÇAS)

ANO	PASTAGEM CULTIVADA	Bovino				Suínos	Frango de corte	Ave de postura
		Total	Misto	Leite	Corte			
2010	6.676	11.371	4.226	1.202	5.943	1.417	148.299	48.880
2011	6.306	11.157	4.009	1.271	5.877	1.285	138.817	50.028
2012	6.228	11.075	3.782	1.348	5.945	1.255	138.220	48.422
2013	6.055	9.840	3.230	1.189	5.421	1.201	161.852	47.936
2014	5.749	10.332	3.266	1.273	5.793	1.244	148.340	47.529
2015	5.925	10.219	3.166	1.267	5.786	1.215	139.436	49.381

Fonte: IEA/SAA

ESTADO DE SÃO PAULO: ABATE DE ANIMAIS
(MILHÕES DE CABEÇAS)

ANO	Frangos	Suínos	Bovinos
2006	643	1,860	4,126
2008	760	1,535	3,635
2010	681	1,785	3,533
2012	684	1,824	3,348
2014	604	1,920	3,534
2015	618	2,052	3,052

Fonte: IBGE

ESTADO DE SÃO PAULO: ÁREAS OCUPADAS COM AS PRINCIPAIS LAVOURAS
(HECTARES)

LAVOURAS	2013/14	2014/15	2015/16
Cana	6.195.035	6.254.673	6.164.325
Café	215.785	212.304	211.283
Laranja	461.025	451.052	441.649
Milho	804.753	825.209	870.485
Soja	709.372	758.042	834.943

* Estimativa
Fonte: IEA; CATI

Agregação de valor

Embora a pauta de exportações esteja concentrada em poucas cadeias produtivas, que são muito expressivas, inclusive em relação ao PIB do agronegócio brasileiro, o estado de São Paulo exibe, também, uma grande diversificação da produção.

Ao se considerar, por exemplo, o número de atividades agrícolas financiadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), constata-se cerca de noventa culturas, desde flores, olerícolas, fibras, frutas, tubérculos e verduras a espécies florestais, borracha natural, chás e especiarias, na matriz produtiva do estado.

A importância destas atividades pode passar despercebida, mas muitas propriedades, principalmente as de pequeno e médio portes, mantêm-se com explorações menos expressivas, porém rentáveis, além de serem mais intensivas em mão de obra.

A diversificação de cultivos e a integração ou a consorciação das atividades ganham espaço no meio rural. Do mesmo modo, a procura por inovações, novas tecnologias e até modelos de negócios intensifica-se com canais de comercialização alternativos e mais agregação de valor.

Nesse contexto, o Sistema FAESP/SENAR-SP e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em São Paulo (Sebrae-SP) conduzem programas importantes com o objetivo de reunir pequenos produtores rurais em fóruns técnico-educativos e apresentar informações e ferramentas que podem ser utilizadas para elevar a competitividade dos empreendimentos rurais, sobretudo na comercialização da produção.

Foram realizados 151 fóruns, em sessenta municípios, com a participação de 18.536 produtores. Os principais temas demandados e apresentados nos eventos foram: Certificação como Ferramenta de Competitividade; Organização de Grupos de Venda Conjunta para Acesso Coletivo ao Mercado; Compras Governamentais; Canais de Distribuição; Exigências Legais de Formalização e Comercialização; e Produtos Agroindustriais como Forma de Agregação de Valor.

Mais interessante do que a execução do trabalho em si é perceber o seu resultado positivo quando as ações vão ao encontro das carências dos produtores e prosperam em solo fértil, fomentando novos projetos e empreendimentos.

Iniciativas de agregação de valor vicejam no sentido de reforçar os atributos de qualidade dos produtos, indo muito além da venda pura e simples do produto agrícola padronizado, como uma *commodity*.

EMERGÊNCIA DE NOVOS EMPREENDIMENTOS

Na busca de encurtar a cadeia de produção até o consumidor final e entregar atributos adicionais de qualidade aos produtos típicos – muitos em arranjos produtivos locais –, destacam-se projetos de:

- desenvolvimento de marcas próprias para venda em centros varejistas;
- certificação com indicação de procedência;
- certificação para produtos vinculados a causas sociais, ética empresarial e respeito ao meio ambiente;
- processamento microindustrial para elaboração de sucos, queijos, geleias, compotas etc.;
- desidratação de frutas e legumes; e
- acondicionamento, porcionamento e processamento de legumes e verduras (minimamente processados).

Estes projetos são estimulados por demandas legítimas identificadas junto aos consumidores, com mudança considerável no comportamento e nos hábitos de consumo.

É crescente a tendência de consumir e valorizar produtos locais, frescos e orgânicos, com identidade regional, bem como o próprio consumo de frutas, verduras e legumes e alimentos mais saudáveis, sem conservantes e corantes.

Não se sabe ainda quais são a amplitude e a escala de propagação dessa tendência, mas, à luz da experiência de países desenvolvidos, pode-se dizer que haverá demanda e incentivos para impulsionar novos negócios com maior valor agregado no campo.

Primeiras análises do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em São Paulo

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA
Pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite
CARLOS ALBERTO DE CARVALHO
Analista da Embrapa Monitoramento por Satélite
OSVALDO TADATOMO OSHIRO
Analista da Embrapa Monitoramento por Satélite

As primeiras análises pela Embrapa dos imóveis rurais paulistas cadastrados no CAR demonstram o papel relevante da agricultura na preservação da vegetação nativa e da biodiversidade, em índices superiores aos exigidos pela legislação ambiental.

Criado pela Lei nº 12.651/12, esse registro eletrônico obrigatório para os imóveis rurais tornou-se um relevante instrumento para os planejamentos agrícola, ambiental e econômico. A Embrapa Monitoramento por Satélite integrou ao seu Sistema de Inteligência Territorial Estratégica (SITE) os dados geocodificados completos do CAR. Até o final de 2016, mais de **3,92 milhões de imóveis rurais**, totalizando **399.233.861 hectares**, estavam inseridos no CAR.

O conceito de imóvel rural do CAR e o de estabelecimento agrícola do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são próximos. Em São Paulo, o Censo de 2006 registrou 227.622 estabelecimentos agrícolas. No CAR, até dezembro de 2016, cadastraram-se 307.200 imóveis rurais – um aumento de 35%, em dez anos. Como explicar essa evolução? A área ocupada pela agricultura apresentou um aumento bem menor: 4,8%. Eram 16.954.949 hectares (ha) no Censo de 2006 e 17.808.470 ha no CAR, em 2016. O tamanho médio do imóvel rural teria, assim, diminuído de 74 ha para 58 ha, uma redução de 22%.

A área dos imóveis rurais do CAR mapeada pela Embrapa foi de 17.282.113 ha, 69,6% do estado. As Unidades de Conservação (UCs) e as Terras Indígenas (TIs) representam 1.108.363 ha, 4,5% do estado (Figura 1). O restante está ocupado pela mais densa e complexa rede de cidades e áreas urbanizadas do País, associada a uma enorme malha viária, hidroviária, ferroviária, aeroviária e portuária, pontuada por importantes complexos industriais, petroquímicos, mineradores e energéticos (produção e distribuição). A Embrapa trabalha no detalhamento desses outros usos e ocupações do território paulista.



SHUTTERSTOCK

No Censo, os dados de uso das terras resultam de declarações dos agricultores. No CAR, os números derivam de mapas, sobre imagens de satélite. O CAR informa o perímetro do imóvel e, em seu interior, o mapeamento de áreas de Preservação Permanente (APPs), de Reserva Legal (RL), de interesse social, servidões, construções etc. São dezoito categorias de uso e ocupação geocodificadas em cada imóvel. E, para cada categoria, há, em geral, mais de um polígono por imóvel. São centenas de milhões de polígonos, com bancos de dados associados.

Em São Paulo, de longa história agrícola, as APPs, somadas à Reserva Legal, à vegetação excedente e aos ambientes lacustres e palustres, em 302.337 imóveis rurais, totalizaram 3.873.294 ha (15,6% do estado e 22,4% da área rural cadastrada no CAR). No conjunto, as áreas rurais preservadas excedem as exigências legais, de 20%, mesmo sem serem considerados os desmatamentos ocorridos respeitando a lei do tempo (Figura 2).

Os imóveis rurais preservam 17,5% do Cerrado paulista, 22 vezes mais do que as UCs e as TIs – 0,8%. Na Mata Atlântica paulista, a agricultura preserva 14,7% com APP e RL, contra 6,3% das áreas protegidas (UCs e TIs) – mais do que o dobro.

A área preservada pelos agricultores paulistas é três vezes maior do que a protegida em parques nacionais, estaduais e municipais e nas terras indígenas. E essa área preservada ainda crescerá, pois o número de imóveis rurais no CAR deve aumentar. Trabalhos da Embrapa detalharão para microrregiões, municípios, bacias e diversos recortes agrários (tamanho dos imóveis) as informações geocodificadas do CAR.

O CAR demonstra, de forma inquestionável, o papel único e insubstituível da agropecuária paulista na preservação do meio ambiente. Em São Paulo, não há setor, categoria profissional, movimento ou instituição que preserve tanto o meio ambiente quanto os agricultores. Quanto vale esse serviço da agropecuária? Como a sociedade compensará a imobilização de áreas nos imóveis rurais e os cuidados que se demandam? As cidades seguirão o caminho do campo? Se não agora, quando? ■

FIGURA 1 - ÁREAS PROTEGIDAS POR UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS

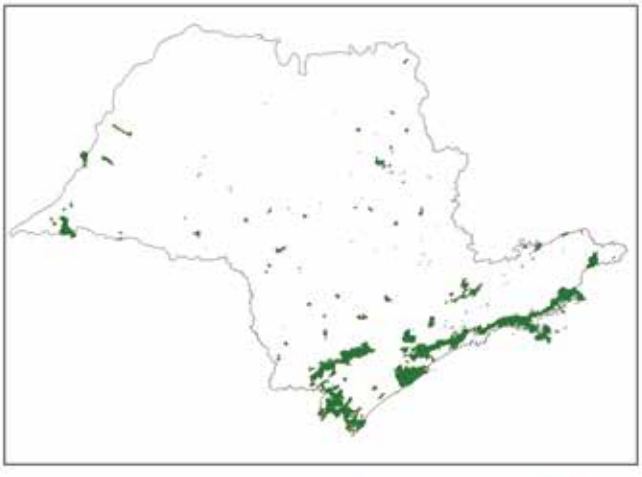
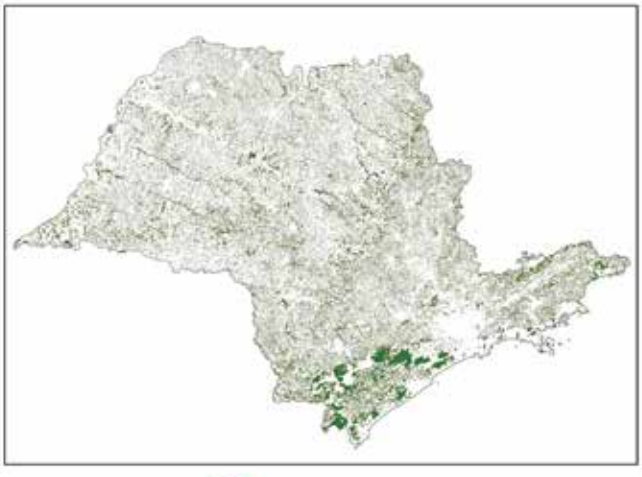


FIGURA 2 - ÁREAS PRESERVADAS PELA AGRICULTURA



GITE Embrapa MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO BRASIL

Fonte: GITE/Embrapa; SICAR

TECNOLOGIA NO CAMPO

ESSENCIAL PARA TORNAR A PRODUÇÃO MAIS EFICIENTE

MÁQUINAS AGRÍCOLAS JACTO S.A.

ATÉ 2045, teremos utilizado toda a área economicamente viável para plantio no Planeta. De todos os alimentos produzidos no mundo, 30% são perdidos por falta de eficiência tanto de produção, quanto de transporte, logística e armazenamento.

Essas duas afirmações quanto ao agronegócio mundial apontam a urgente necessidade da utilização de tecnologias em toda a cadeia produtiva de alimentos para que haja uma melhora significativa em todo o processo.

Big data, internet das coisas e computação em nuvem já são conceitos muito conhecidos no mercado, especialmente no varejo e no setor de Saúde, que têm se beneficiado dos dados gerados e analisados em prol do desenvolvimento de novas ferramentas, produtos e serviços em seus mercados.

Esses conceitos, porém, já estão sendo empregados, também, no agronegócio, a partir do desenvolvimento de soluções que incluem máquinas conectadas à internet capazes de gerar informações relevantes para o processo produtivo.

No Brasil – um grande produtor de alimentos para o mundo –, empresas que têm em seu cerne a inovação tecnológica começam a capturar e avaliar os dados que poderão ser significativos nas tomadas de decisão do setor.

A Máquinas Agrícolas Jacto é um dos exemplos. Fabricante nacional de pulverizadores, colhedoras de café e adubadoras, conta com a linha de produtos Otmis, específica para agricultura de precisão.

São *hardwares* e *softwares* que melhoram a gestão do trabalho em campo, oferecendo ao produtor rural a possibilidade de diminuir o desperdício de insumos e combustíveis, além de melhorar a produtividade em uma mesma área fazendo o serviço em menor tempo.

Além disso, a Jacto tem um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, que trabalha para aperfeiçoar tecnologias do mercado, mas que também é pioneiro em muitas outras que passam a ser patenteadas. A empresa é parceira da Faculdade de Tecnologia (Fatec) "Shunji Nishimura", que recentemente implantou o primeiro curso focado em *big data* no agronegócio da América Latina, voltado especialmente para atender essa grande demanda por eficiência operacional e de gestão.

No campo, tudo isso se reverte em maior rentabilidade, uma vez que os equipamentos recebem sensores que coletam dados que, associados às informações agronômicas, serão aplicados no desenvolvimento de novas máquinas ou em melhorias, especialmente na questão de manutenção preditiva, provavelmente um dos maiores benefícios para os agricultores, que, assim, não precisarão parar suas máquinas por mais tempo do que o necessário para consertos.

A falta de infraestrutura para gerar sinais de internet em grandes campos e a escassez de mão de obra qualificada são problemas que, aos poucos, começam a ser superados pelo agronegócio, justamente porque são muitos os interessados em atuar com mais eficiência, buscando soluções a partir de combinações de dados que poderão ajudar a entregar produtos com custo mais reduzido e/ou com melhor qualidade em um período cada vez menor. ■

Odara Comunicação
fernanda@odaracomunicacao.com.br
livia@odaracomunicacao.com.br

15 ANOS DE ENFISA

ENCONTRO DE FISCALIZAÇÃO E SEMINÁRIO SOBRE AGROTÓXICOS

CARLOS RAMOS VENANCIO

Graduado em Engenharia Agronômica pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em proteção de plantas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e, desde janeiro de 2017, coordenador-geral de Agrotóxicos e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DFIA/MAPA)

O ENCONTRO de Fiscalização e Seminário sobre Agrotóxicos (ENFISA) é o principal fórum de discussão técnica sobre agrotóxicos e afins no Brasil e acontece de forma ininterrupta desde 2002, ano de sua criação no município de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Para marcar os quinze anos do ENFISA, sua 15ª edição está agendada para a primeira semana de abril, entre os dias 3 e 7, no município de Campos do Jordão-SP.

O Encontro tem como objetivo debater a harmonização dos procedimentos de fiscalização do comércio e do uso de defensivos agrícolas frente às novas tecnologias e aos desafios na produção de grãos, fibras e energias. Além disso, também tem contribuído para nivelar os serviços estaduais de fiscalização por meio da identificação de iniciativas bem-sucedidas.

Com a proposta de promover discussões e reflexões sobre os temas ligados à defesa agropecuária no País, o evento conta com a presença de fiscais dos órgãos estaduais de defesa sanitária vegetal, de profissionais da área de registro, de responsáveis técnicos de estabelecimentos comerciais de insumos agrícolas e de pesquisadores e acadêmicos.

É importante ressaltar que o tema dos pesticidas é, muitas vezes, abordado com um viés alarmante, porém o uso responsável desta tecnologia é seguro e essencial para a produção agrícola brasileira. Os pesticidas são parte importante de um pacote tecnológico que ajudou a transformar a agricultura brasileira nas últimas décadas. Graças à tecnologia aplicada em nossas lavouras, conseguimos ampliar a produção de alimentos sem expandir a área plantada. Para os próximos anos, o desafio é produzir ainda mais, com tecnologia e sustentabilidade, para alimentar um planeta com 9 bilhões de habitantes.



ENFISA 2017 – 3 a 7 de abril – Campos do Jordão

Dialogar sobre aspectos relacionados ao controle e à fiscalização da produção, da comercialização e do uso de agrotóxicos é oportuno e imprescindível. Essa discussão contribui para que o setor consiga harmonizar os procedimentos de fiscalização entre os estados da Federação e propor diretrizes para auxiliar o controle do comércio e do uso de defensivos agrícolas.

O evento é realizado pela Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e conta com o apoio dos órgãos estaduais responsáveis pela defesa agropecuária e das entidades do setor. ■

DIÁRIO DE BORDO

BANG-BANG NA ROÇA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

NA MINHA juventude – e lá vai um tempão bem decorrido –, eram frequentes os filmes de *bang-bang*. Grandes atores e atrizes brilhavam nas telonas, e havia quase sempre uma mensagem moralista: o mocinho ganhava no fim, depois de apanhar muito, e o bandido ia para a cadeia ou morria em algum duelo. Ficava claro que o crime não compensava.

Em geral, eram filmes americanos, em que se destacavam heróis como John Wayne, Gary Cooper, Randolph Scott, James Stewart, Burt Lancaster, Gregory Peck, Alan Ladd, Kirk Douglas, Charlton Heston, Dean Martin, Richard Widmark, Henry Fonda, Anthony Quinn, Rock Hudson, Steve McQueen, Charles Bronson, Burl Ives e, até mesmo, Frank Sinatra e Yul Brinner, entre tantos outros. Mas, também houve o período dos *spaghetti western*, nos quais brilharam Clint Eastwood, Lee Van Cleef e Franco Nero. Era certo que as quadrilhas de malfeitores acabavam desbaratadas por um punhado de bons rapazes cujo líder "ficava" com a heroína da cidade no fim. E, mesmo que o mocinho morresse, seria por uma boa causa ou porque seu passado o condenava. E sua morte era gloriosa.



Hoje, esses filmes são bem mais raros, mais sofisticados, os personagens não são mais simples, ninguém é puramente bandido ou herói. As personalidades são dúbias, complexas, bem mais de acordo com a realidade humana. Não há mais o tipo bom-caráter ou o mau-caráter puro sangue.

A troco de que esse assunto é tratado na ***Agroanalysis***, uma revista séria de economia rural?

Porque o campo brasileiro vive um verdadeiro *bang-bang*. Invasões de terra se sucedem, assaltos superbem organizados acontecem a todo instante, há notícias de fazendeiros assassinados em suas casas na roça – a bandidagem está solta. E onde estão os mocinhos? Onde está o Estado para cumprir um de seus papéis mais essenciais, que é garantir a segurança pública?

Recente matéria publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo (Estadão) informava que 40% das cidades do estado de São Paulo não têm delegados. Além disso, a matéria apontava que o desmantelamento da Polícia Civil é uma realidade, até em função da mudança das regras da aposentadoria de seus funcionários, que foi acelerada, sem falar em salários inadequados. Em outros estados, a situação não está muito melhor. Qual é o problema? Simples: quem investiga crimes e sua autoria é a Polícia Civil; sem ela, os crimes vão se multiplicando sem solução e a barbárie se instala. Surgem quadrilhas organizadas que têm informantes que sabem quais insumos chegaram onde e quando. E quanto valem. Já a Polícia Militar cuida do policiamento ostensivo, preventivo, coisa muito difícil de se fazer no campo.

É claro que a condição econômica do País tem contribuído para esse desmanche, mas não é possível que esse estado de coisas continue. A insegurança tem um viés delicado: os pais, preocupados com o bem-estar dos filhos, desestimulam-nos de ficarem na roça. Outra consequência pode ser a indesejável constituição de milícias privadas armadas, como já aconteceu em países vizinhos.

Por outro lado, as quadrilhas que roubam insumos e defensivos agrícolas das fazendas e das revendas encontram receptadores e compradores dos produtos. Ou seja, o mau-caratismo também existe do lado de cá. *Bang-bang* em rede – moderno demais. ■

PRODUZIR

CADASTRO RURAL E GESTÃO FUNDIÁRIA

FRANCISCO DE GODOY BUENO
Vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e advogado

UMA DAS principais conquistas do Código Florestal de 2012 foi a conscientização da importância de um cadastro adequado de terras, capaz de gerar informações para o monitoramento, o planejamento e a gestão territorial do Brasil. Nesse âmbito, hoje, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma ferramenta efetiva para o controle e a fiscalização dos desmatamentos ilegais. Este cadastro apresenta, em números, a real importância do investimento privado do produtor rural na preservação de florestas e na prestação de serviços ambientais gratuitos às populações brasileira e mundial.

Contudo, o CAR não foi implantado livre de vícios. O principal erro foi focar a sua elaboração exclusivamente na questão ambiental, sem integrar os demais mecanismos de gestão territorial já existentes no Brasil.

Paralelamente ao CAR, desde 2001 tenta-se implantar no País o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), cadastro único e integrado para servir como única identificação das propriedades rurais com o Estado brasileiro. O CNIR foi previsto pela Lei nº 10.267/01, constituindo-se por meio da integração das bases do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Receita Federal, sob a base cartográfica georreferenciada e certificada pelo órgão agrário.

Atualmente, o Brasil possui um dos maiores bancos de dados georreferenciados do mundo, com **274,7 hectares de imóveis rurais públicos e privados** cadastrados. Esse cadastro vem sendo integrado eletronicamente às demais bases de dados, especialmente: o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), gerido pelo Incra, para fiscalizar a ordenação fundiária e o cumprimento da função social dos imóveis rurais; e o Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR), administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com finalidade tributária, de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

A SRB tem apoiado e acompanhado com atenção a implantação do CNIR, que se demonstrou viável com quinze anos de atraso, a partir de 2015, com o início da vinculação dos cadastros do Incra e da Receita Federal – infelizmente sem integrar, ainda, o CAR. A informatização, a consolidação e o georreferenciamento dos cadastros desburocratizam a gestão fundiária e trazem segurança jurídica e transparência para a propriedade rural. Trata-se de um processo irreversível e benéfico, um desafio à atualização da legislação agrária e o planejamento de um novo paradigma para a estrutura fundiária brasileira.

Os dados do CAR eficientemente têm demonstrado que os principais ativos ambientais do País são, na verdade, da iniciativa privada, que financia, sem retribuição alguma, a preservação ambiental e a segurança hídrica. Espera-se que a implantação do CNIR revele outras verdades, como a eficiência do produtor rural brasileiro em gerir suas terras com produtividade nos níveis máximos de acordo com a sua capacidade de investimento e geração de riqueza.

Os cadastros rurais não devem servir para os órgãos de fiscalização e controle perseguirem a atividade agrária, como às vezes se pretende e se defende. Tais cadastros devem, sobretudo, ser ferramentas de informação para possibilitar a análise e a construção de políticas públicas de gestões territorial, fundiária e tributária coerentes com o fortalecimento da atividade agrária e gerar melhores frutos para a economia brasileira. ■



OPINIÃO

LUZ NO FIM DO TÚNEL

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

EM FEVEREIRO, a Nestlé Purina inaugurou, em Ribeirão Preto, sua fábrica de alimentos úmidos para cães e gatos, um investimento de R$ 270 milhões que gerará 580 empregos diretos e indiretos. No mesmo mês, a FibraResist abriu, em Lençóis Paulista, as portas para sua produção de até 72 mil toneladas de pasta celulósica por ano, investindo R$ 25,0 milhões, dos quais R$ 10,5 milhões são financiados por meio da Desenvolve SP – Agência de Desenvolvimento Paulista, do governo do estado. São 62 novos postos de trabalho.

Ainda em fevereiro, fui o patrono da nona turma do curso de Mecanização em Agricultura de Precisão da Faculdade de Tecnologia (Fatec) "Shunji Nishimura", em Pompeia. Trata-se de um centro de geração de conhecimento que é a casa de 420 estudantes de 250 municípios, doze estados e quatro países diferentes.



Com a presença do governador Geraldo Alckmin, a Tereos inaugurou, em março, em Tanabi, um espaço para armazenamento de açúcar, por meio de um investimento de R$ 60 milhões, gerando 320 empregos. Também em março, a Stoller Brasil abriu, em Cosmópolis, mais uma fábrica de insumos biológicos – um investimento de R$ 30 milhões.

Ainda em março, a John Deere inaugurou, em Campinas, seu Centro de Agricultura de Precisão e Inovação. É parte de sua linha de investimentos no Brasil a longo prazo, que totaliza US$ 550 milhões. São US$ 4 milhões ao dia gastos com pesquisa e desenvolvimento no mundo todo.

O valor dos investimentos dessas empresas do agronegócio supera R$ 385 milhões. É um valor que comprova a confiança dos investidores no território paulista, em nosso País. Mesmo com a recessão nacional que se arrasta por três anos, o setor agropecuário resistiu e demonstrou sua capacidade de ser o indutor de um novo ciclo de crescimento. Continua atrativo para quem quer tirar do papel seus projetos. É a terra da oportunidade.

São Paulo tem buscado ajudar o Brasil no momento em que recebemos a notícia de que enfrentamos uma queda de 3,6% do PIB nacional em 2016. Mostra-se como um exemplo de eficácia, enquanto, infelizmente, estados vizinhos amargam atrasos de salários do funcionalismo público e se veem rodeados de dívidas. De 2011 para 2015, a despesa federal aumentou 20%, enquanto a receita caiu 4,2%. No mesmo período, a despesa da administração estadual de São Paulo aumentou 2,5%, com elevação de 2,1% da receita – R$ 192,9 bilhões em 2015, resultado que o governador Alckmin teve muita firmeza para garantir.

Mantivemos receitas e despesas em níveis que garantiram o atendimento dos limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e produzimos superávit primário que superou a meta estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Agora, nós – São Paulo e o País – devemos buscar que o equilíbrio fiscal se mantenha, que reformas estruturais se concretizem. Faremos isso sabedores de que esse contexto permitirá que o setor agropecuário acelere seu ritmo e puxe o desenvolvimento nacional. ■

REFLEXÃO

CARNAVAL, FLORES E FRUTAS

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Se não houver frutos, valeu a beleza das flores;
se não houver flores, valeu a sombra das folhas;
se não houver folhas, valeu a intenção da semente.

Henfil

COMO TODO novo ano, no Brasil as coisas começam, de fato, após o carnaval. É como se fosse um vazio de decisões, sempre em pleno verão. Como faz a grande maioria dos brasileiros, desce-se a serra ao encontro do mar. Descendo, se vê o contraste do amarelo das sibipirunas com o arroxeado dos manacás, num festival lindo de flores. Isso leva a uma reflexão como a de Henfil e, inevitavelmente, à visualização da lógica do momento que vive o brasileiro hoje.

Enquanto isso, o agronegócio prepara-se para talvez um recorde na colheita dos frutos do seu esforço, sejam grãos, fibras ou outros. Isso gera um ambiente de esperança de uma recuperação mais rápida do País em 2017 (renda descentralizada, com mais empregos e impostos). A citada festa popular minimiza as notícias fortíssimas das últimas delações da operação Lava-Jato. Estas, como frutos apodrecidos gerados nas trevas, trazem um duplo sinal: após o carnaval, com as chuvas intensas de março, serão arrastados os frutos podres e o Brasil será outro país; o outro sinal é que, também após o carnaval, seguirá o sofrimento da luta entre o velho, desmoralizado, e o novo, a ser gerado.

Gerar o novo passa pelas fases de flores e frutos. É preciso polinizar, com abelhas, pássaros e ventos, os "óvulos" do bem, criando um novo momento, uma nova geração de pessoas que queiram contribuir para o Brasil. Trata-se do futuro positivo sendo construído no presente problemático, com a visão das oportunidades.

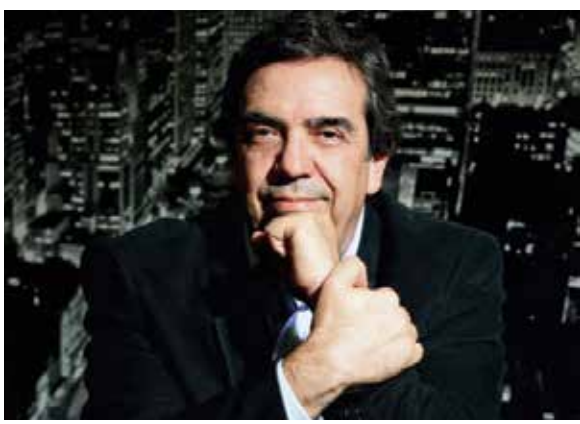
O agronegócio vive isso todo ano, assim como todo ano há o carnaval, em que as pessoas se divertem, descansam e se preparam para a volta ao trabalho. A soja, o milho, o algodão e o trigo, os capins que produzem fibras ou açúcar, as carnes, enfim, todos florescem e dão frutos, transformando-se em uma série de produtos que, literalmente, segura os problemas do Brasil.

Aliás, vale mencionar que os riscos da nossa democracia passam pelos riscos dos nossos políticos, mas, sem dúvida, a solução está no compromisso do povo para com ela. Seus frutos são complexos e dependem das instituições públicas, que, por sua vez, dependem dos políticos e dos tecnocratas. No entanto, na aridez de 2016, o valor do agronegócio despertou de forma definitiva na alma do brasileiro. A campanha da Globo salientando a importância do agro ao brasileiro será um divisor de águas.

Graças ao bom Deus, as flores e seus frutos, nas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, dependem do sol e do clima e, mesmo com as dificuldades políticas, dão segurança alimentar, reduzem importações, enchem os atacados e os varejos (derrubando a inflação), exportam excedentes e definem superávits na balança comercial brasileira.

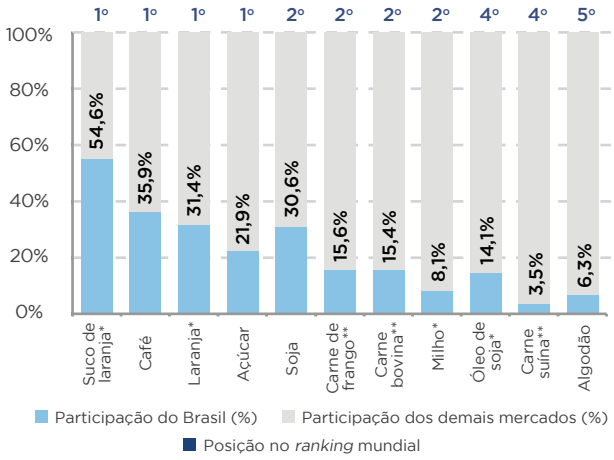
Mais uma vez, o verde dos campos espalha-se nas cidades, alimentando esperanças e estômagos, gerando energias renováveis, sempre sob o olhar de sinergia da natureza com as ações do agricultor – extraordinária combinação de vida, em que o ser humano e os recursos físicos administram a luz do sol.

O que amedronta para 2017 e os próximos anos são a clara recaída política global para o populismo e o protecionismo e as contrárias posições de países ricos às imigrações. Nesse caso, talvez faça falta o carnaval. ■



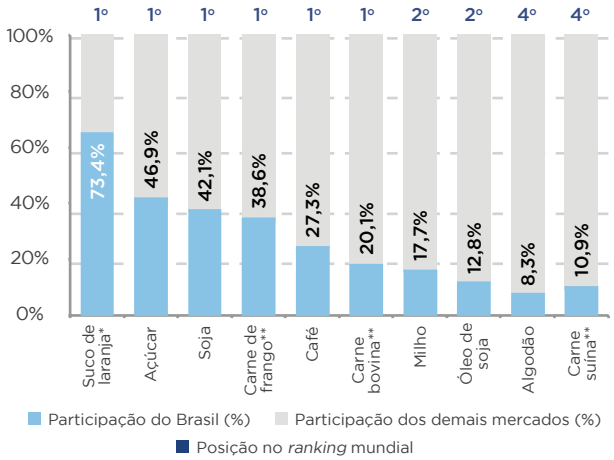
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



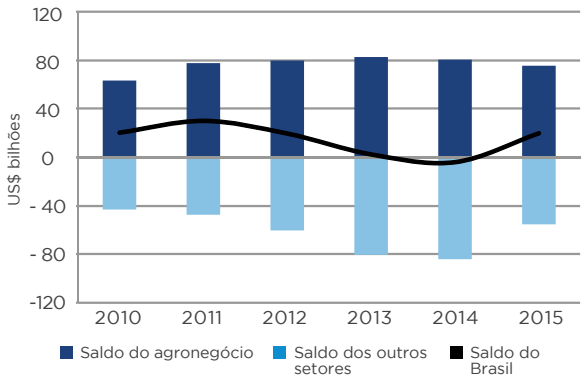
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



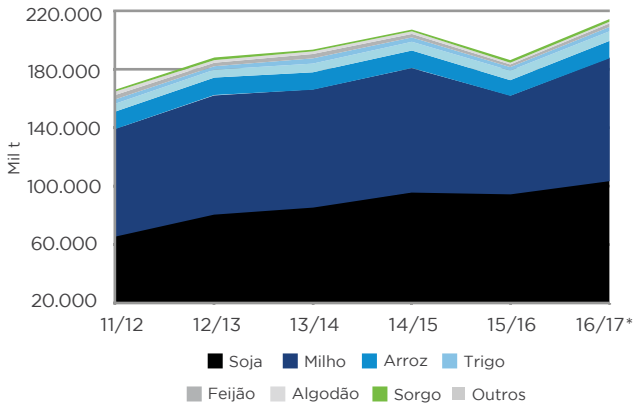
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



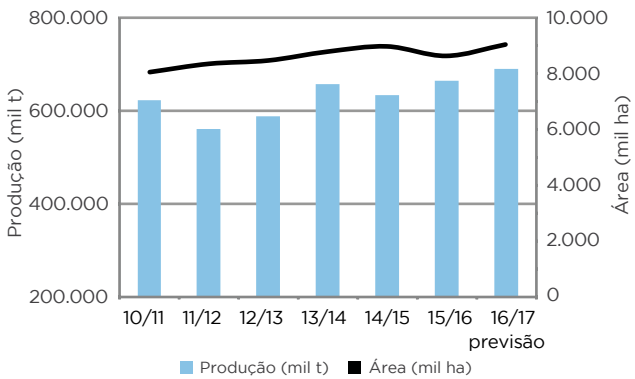
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



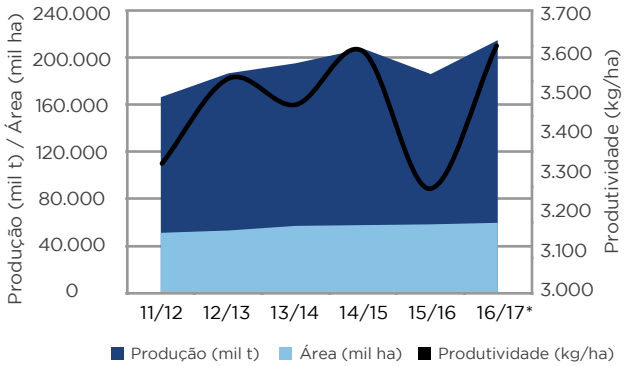
* Previsão
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Previsão
Fonte: Conab